

EN TRE NÓS



EXPERIMENTAÇÃO DA POTÊNCIA DO CORPO NO ESPAÇO OPACO DA PRAIA VERMELHA



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

ACADÊMICA
JÔRDHANNA FURTADO DE OLIVEIRA
ORIENTADORA
ROSSANA TAVARES

RIO DE JANEIRO, 2021



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, a Ele seja dada toda honra e glória por mais essa vitória, que por meio da minha fé e amor, me proporcionou saúde e forças necessárias para percorrer essa jornada com esperança, coragem e determinação.

À minha mãe, meu porto seguro, minha fortaleza, e referência, minha eterna gratidão pelo carinho, cuidado e compreensão durante todos esses anos. Por não medir esforços e transpor barreiras inimagináveis para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao Nilton, que ao longo do curso sempre me apoiou, incentivou, e que com seu coração gigantesco me auxiliou ao longo dessa caminhada, provando que dedicação e comprometimento são a chave para o sucesso.

Ao meu irmão, por tornar os meus dias mais leves e bem humorados, por me apoiar e se dispor a ajudar sempre de alguma maneira, principalmente preparando as melhores refeições do mundo. Sem você a vida não seria tão especial.

Aos meus amigos da Universidade e da vida, agradeço todo o incentivo ao longo dos anos, as conversas, cervejas, trabalhos, e recordações que estão gravadas em minha memória. Obrigada por me trazerem alegria, por nunca soltarem a minha mão e por compartilharem comigo a loucura de viver.

Meu agradecimento especial a Rossana Tavares, minha orientadora, por esse encontro final na graduação que foi transformador. Por toda sua compreensão, incentivo, atenção e direcionamento, por partilhar tanto conhecimento e pelas valiosas contribuições dadas durante o processo. Você foi essencial para o fechamento deste ciclo, serei eternamente grata. Agradeço também a Fernanda Sanchez e a Bruna Guterman por todo carinho, cuidado e dedicação que proporcionaram.

A caminhada foi bastante intensa e proveitosa, aprendi que não se vai longe sozinha, portanto, também agradeço a todos os demais docentes que foram fundamentais na construção da minha vida profissional para que eu chegasse até aqui. Agradeço também à todos que direta e indiretamente fizeram parte dessa etapa tão importante.

“ É que enquanto se está vivo não se para de fazer encontros com outros corpos (não só os humanos) e com corpos que se tornam outros. Isso implica, necessariamente, novas atrações e repulsas; Afetos que não conseguem passar em nossa forma de expressão atual, aquela do território em que até então nos reconhecíamos. Afetos que escapavam, traçando linhas de fuga- o que nada tem a ver com fugir do mundo. Ao contrário, é o mundo que foge de si mesmo por essa linha, ele se desmancha e vai traçando um devir – devir do campo social: processos que desencadeiam; variações infinitesimais; rupturas que se operam imperceptivelmente; mutações irremediáveis. De repente é como se nada tivesse mudado, no entanto, tudo mudou.”

Suely Rolnik

RESUMO

O presente trabalho se insere no campo de estudos sobre o Corpo e a Cidade, em vista de contribuir no processo de ampliação crítica e exploração acerca do tema. Deseja-se unir indagações e reflexões para caminhos alternativos à espetacularização das cidades, no sentido de apresentar uma perspectiva de rompimento com o processo globalizado produtor de gigantescas cenografias urbanas do mundo contemporâneo que, por sua vez, reduz as possibilidades de experiência humanas no espaço urbano. Para tanto os primeiros capítulos deste trabalho evidenciam o contexto da cidade de Niterói como um todo, para então focalizarmos no espaço alvo de análise e experimentação, a Praia Vermelha, como sendo espaço ofuscado pela luminosidade hegemônica, e que resiste a esse processo pela própria presença corporal que se apropria.

Confronto à complexidade das dinâmicas socio territoriais, partindo da premissa de que corpo e cidade se relacionam, mesmo que involuntariamente, através da simples experiência urbana, da organização física aliada aos processos humanos, das apropriações cotidianas, visto que com frequência a cidade é lida por olhos que a interpretam à distância, superficialmente, produzindo entendimentos manipulados sobre o espaço público. Para tanto, a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de livros, artigos, experiências, notícias, teses e dissertações que serviram de referência teórica e foram reunidos em busca de outras formas de apreender a vida urbana cotidiana, a partir de aspectos não espetaculares.

Como resposta a esta interpretação urbana descorporificada, busca-se aqui um experimento: a leitura da cidade a partir da proximidade, na escala do corpo e principalmente através da observação do outro. Essa dimensão pública e humana não pode ser ignorada e por isso o trabalho investiga o próprio caminhar na cidade como estratégia de pesquisa, sensibilização (para aqueles que se interessam pelos aspectos mais sensíveis do urbano) e forma de conhecimento da relação entre corpo e cidade. O aspecto a que estamos habituados e a forma de relação que temos com o mundo se transformam quando abrimos o campo para esse outro ponto de influências referido no plano baixo, da territorialidade, do contato, do movimento, do reconhecimento, e da apropriação.

Palavras-chave: Cidade-mercadoria, Praia-vermelha, corpografia.

ABSTRACT

The present work is part of the field of studies on the Body and the City, to contribute to the process of critical expansion and exploration on the theme. It is intended to unite inquiries and reflections for alternative paths to the spectacularization of cities, in the sense of presenting a perspective of breaking with the globalized process that produces gigantic urban sceneries in the contemporary world, which, in turn, reduces the possibilities of human experience in the urban space. . For this purpose, the first chapters of this work highlight the context of the city of Niterói as a whole, so that we can focus on the target space for analysis and experimentation, Praia Vermelha, as a space overshadowed by the hegemonic luminosity, and which resists this process by its very presence. A body that appropriates.

Confronting the complexity of socio-territorial dynamics, based on the premise that body and city are related, even if involuntarily, through simple urban experience, physical organization combined with human processes, daily appropriations, since the city is often read by eyes that interpret it from a distance, superficially, producing manipulated understandings about public space. To this end, bibliographic research is carried out through books, articles, experiences, news, theses, and dissertations that served as a theoretical reference and were brought together in search of other ways to apprehend everyday urban life, from non-spectacular aspects.

In response to this disembodied urban interpretation, an experiment is sought here: the reading of the city from the proximity, on the scale of the body, and mainly through the observation of the other. This public and human dimension cannot be ignored and that is why the work investigates walking in the city itself as a research strategy, raising awareness (for those who are interested in the most sensitive aspects of the urban) and how to understand the relationship between body and city. The aspect we are used to and the form of relationship we have with the world are transformed when we open the field to this other point of influences referred to in the low plane, territoriality, contact, movement, recognition, and appropriation.

Keywords: Commodity city, Praia-Vermelha, corpography.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	pg. 11
2 CONTEXTO ATUAL.....	pg. 16
3 CIDADE MERCADORIA.....	pg. 28
4 HISTÓRICO.....	pg. 34
5 EFÊMERO.....	pg. 44
6 CORPO E CIDADE.....	pg. 48
▪ É preciso lembrar que existe corpo e que somos corpo.....	pg. 51
▪ “Ocupe seu corpo, ocupe o espaço, ocupe a cidade.....	pg. 52
▪ Micro resistência nas zonas opacas- Praia Vermelha.....	pg. 55
▪ Micro resistência - Corpo potência.....	pg. 57
▪ Experiência errática- A cidade pelos caminhar.....	pg. 59
▪ Incorporando.....	pg. 64
7 EXPERIMENTANDO A OPACIDADE.....	pg. 66
▪ Experimentação.....	pg. 67
▪ Exercício prático.....	pg. 73
▪ Painél fotográfico 1.....	pg. 75
▪ Painél fotográfico 2	pg. 76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	pg. 77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	pg. 78

1



Introdução

O trabalho de conclusão de curso aqui desenvolvido trata de um trecho à beira-mar na cidade de Niterói, na região Sul do Aterro da Praia Grande, conhecida como **Praia Vermelha**. O interesse pela área do aterro surge a partir de uma inquietação como cidadina e estudante de arquitetura e urbanismo para com este lugar, com paisagem marcante mas bastante controversa em relação ao restante da cidade. Este grande trecho de frente marítima, de solo antropogênico que avança sobre a Baía de Guanabara por conta de aterramento ocorrido na década de 70.

O trabalho surge justamente do desafeto às ações isoladas e pontuais da cidade de Niterói nos últimos anos. Seu principal objetivo é subsidiar um processo de reflexão crítica sobre a questão do empobrecimento da experiência corporal urbana de seus habitantes, decorrentes do crescente processo de espetacularização das cidades contemporâneas. A metodologia adotada aqui na pesquisa, propõe então aproximações entre pesquisador, experiência vivida e objeto de estudo, tendo como premissa a engrenagem dos aspectos sociais na conformação atual das cidades.

Antes de tudo, ali era água, portanto, para compreender a elaboração dessa proposta é de suma importância a investigação crítica dos conceitos, planos, projetos e processos que modelaram esta paisagem esquizofrenicamente para então entender a Praia Vermelha como ponto de resistência, em relação aos pontos “luminosos” da cidade.

Para tanto, no que concerne à estrutura do trabalho e ao seu fio condutor, procura-se inicialmente apresentar um panorama geral de Niterói, onde explicita-se os projetos e programas implementados na cidade, que se mostram repletos de falhas ao insistirem numa perspectiva mercadológica de produção global. Tal análise me conduz à escolha da problematização da articulação entre os interesses globais e a formação de uma cultura de mercado de cidades como aspecto significativo para pensar e analisar a frente marítima da Praia Vermelha em seu contexto urbano e social.

A partir do capítulo anterior, a abordagem se dá justamente num debruçamento sobre o conjunto de experiências inscritas no rol dessa (nova) forma de gestão e planejamento das cidades. Recorre-se a um levantamento bibliográfico, notícias, e situações que permitam imersão à perspectiva dos planejamentos estratégicos e do city marketing. A análise das políticas de promoção das cidades, ou de "reinvenção das cidades", "parece indicar a emergência de um conjunto de representações que desenham uma cidade ideal, fruto de uma competição imagética, de uma luta simbólica que procura dotar esta cidade ideal das quantidades apropriadas de valores hegemônicos" (SANCHEZ, 2001).

Posteriormente, é realizada uma breve caracterização histórica do contexto relevante para a compreensão geral da faixa litorânea de Niterói. Enxergou-se mais interessante aqui uma inversão do modelo de apresentação tradicional onde o Histórico aparece logo de início. Essa inversão ratifica a ideia de que não é a história a base do fundamento teórico, mas sim a crítica a produção de cidades com intervenções abusivas.

Nesse sentido, são levantadas as dinâmicas que auxiliaram na construção, desenvolvimento, transformação e utilização da cidade de Niterói como fruto dos ideais globais. Sendo assim, é feito um balanço dos sucessivos aterramentos e intervenções urbanas que se abateram sobre essa faixa do litoral. A partir da abordagem desse período, procura-se oferecer um panorama, ainda que sucinto, da evolução da orla e dos paralelos estabelecidos com os planejamentos estratégicos. A investigação histórica toma papel de processo metodológico de descoberta e apreensão das diversas camadas da paisagem, inclusive aquelas ocultas.

Em seguida, apresenta-se uma reflexão que evidencia os perigos e os cuidados a serem tomados, a fim de enfrentar os paradigmas globais, através de questionamentos fundamentais levantados ao longo deste módulo. O trabalho se desenvolve em torno da desconstrução de uma série de imagens impregnadas no quadro de cidade mercadoria, onde os questionamentos apontam para a efemeridade dos grandes projetos a partir da ausência do elemento corporal como articulador desses espaços.

O módulo subsequente parte da premissa de que a espetacularização e a efemeridade dos projetos fixados estão diretamente conectados ao empobrecimento da experiência do corpo na cidade contemporânea. É nesse contexto que se insere então os estudos e experimentações sobre a relação entre o corpo e a cidade. Este campo, que vem se desenvolvendo no Brasil no âmbito da arquitetura e urbanismo, nas últimas décadas, com atravessamentos que conectam várias áreas de estudo, como história, arte, psicologia, geografia e antropologia.

Poderíamos pensar no chão, e ter a caminhada como ponto de partida para a investigação de novos paradigmas e estratégias urbanísticas?? “Qual seria o efeito de se derrubar suposições vigentes e de se adotar uma orientação fundamental para o caminhar. Quais novos terrenos se abririam?” (INGOLD, 2015).

Inspirada na proposta de Paola Jacques de corpografia urbana escolhe-se aqui o “mover-se pela cidade” como referência de análise e enfoque para que possamos refletir as materialidades e relações já atuantes no espaço urbano, assim como reencontrar as forças e potências atuantes na cidade. Faz-se aqui, de um movimento simplório, um potencial criador de novas formas de ver, conhecer, apropriar, experimentar e conceber a cidade. A utilização desse recurso, tem a intenção de se aproximar e investigar da melhor maneira essa dimensão tridimensional que se estabelece numa dinâmica de corpo a corpo.

No caminhar pela cidade, em seu cotidiano, os corpos apresentam dinâmicas próprias no processo de ocupação e reconhecimento dos espaços e é a partir daí que busco direcionar o trabalho para esse movimento, sendo ele o principal ponto de contato dessa relação, com o eu, com outro e com a cidade. O caminhar é trazido aqui então, em primeiro plano, no contexto de investigação entre as dimensões dos corpos e da cidade, como micro resistência às cidades espetáculos. Este sétimo capítulo descreve o processo de apreensão dos espaços públicos no trecho estudado. Trata-se da descrição das experiências: as impressões gerais e constatações trazidas em forma de fotografias coletadas nas visitas de campo.

Através da fotografia, é possível capturar diversas camadas de co-construção do espaço urbano como a corporalidade, seus conflitos, temporalidades, aspectos estéticos e poéticos. As camadas que vão se sobrepondo no chão, nos corpos e na história são as referências essenciais que existem para compreender a realidade e poder atuar diante das diversas complexidades da cidade contemporânea.

Uma imagem não se esgota, mesmo quando é exaustiva e profundamente analisada. Há sempre um significado a mais, disponível a ser construído na composição com nosso olhar. Na cidade ninguém é mero espectador. A partir dos afetos que uma imagem provoca é que ela fala (NOGUEIRA, M. 2013). Trata-se de alcançar a dimensão “[...] sensível do urbano e da vida pública” (FORTUNA, 2009), sobretudo por meio do contato com a rua, colocando como condição a relação corpo- cidade.

O último capítulo trata-se de um fechamento. Uma breve reflexão sobre a experiência realizada. Apresenta-se algumas observações sobre a área de estudo diante do que foi apreendido e estudado ao longo de todo o trabalho. Pretende-se, evidenciar o formato de um trabalho experimental fotográfico, tendo o caminhar como ponto de contato e referência importante do corpo com a cidade que revela presenças, subjetividades, fissuras, historicidades, modos de viver e estar, não são percebidas pelo urbanismo hegemônico.

Para esta revisão bibliográfica, foram selecionados trabalhos que abordassem o debate sobre cidade mercadológica, a historicidade de Niterói frente a esse tipo de produção, a efemeridade dos grandes projetos vista a ausência corporal e a correlação essencial do corpo urbano e do corpo humano como articuladores e promovedores do espaço.

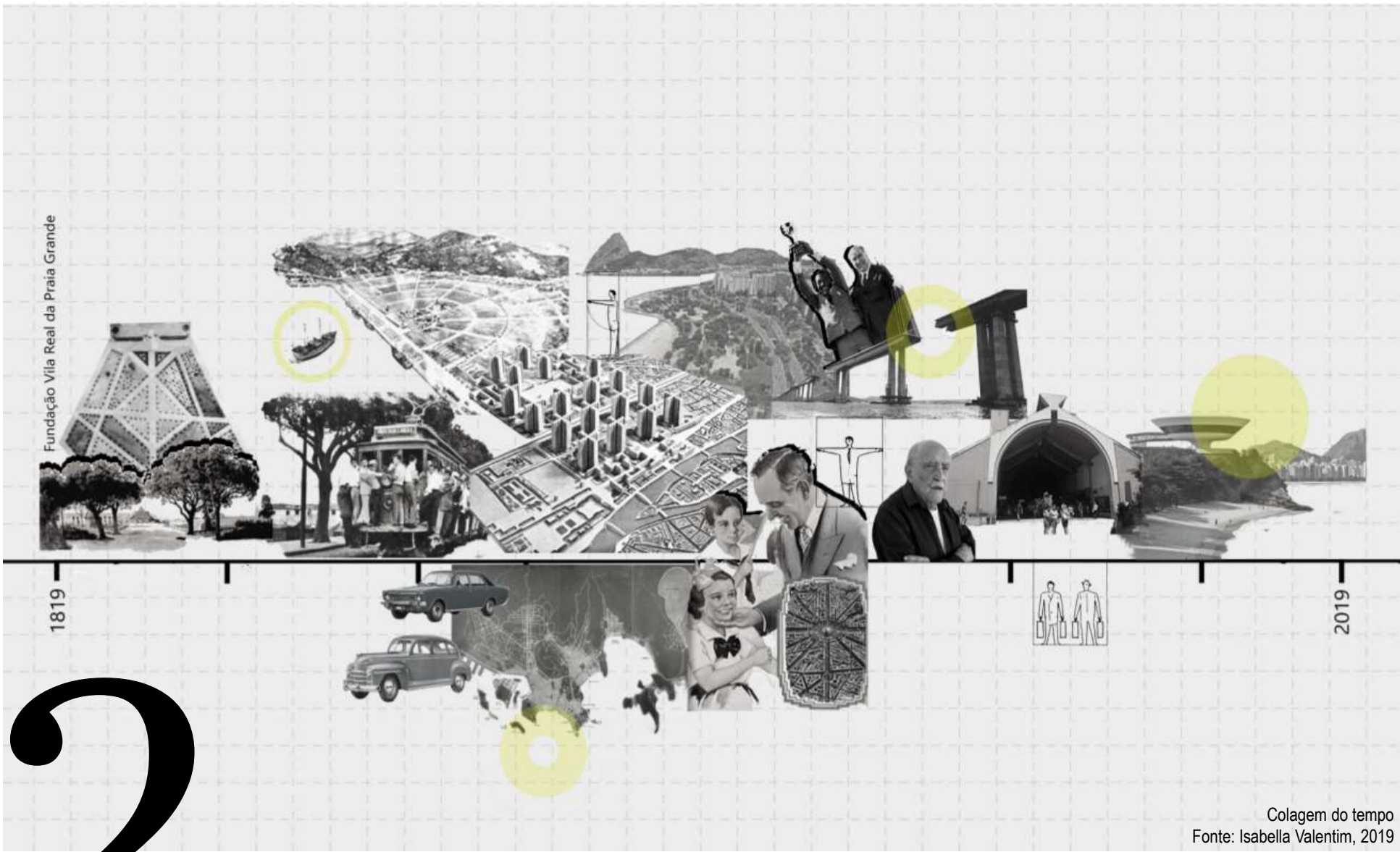
Dentre estes estudos se destacam trabalhos da historiadora Campos (1998), “Riscando o solo: o primeiro plano de edificação para a Vila Real da Praia Grande”, a dissertação em Geografia de Martins (2006), “Nova Niterói: A Orla Sepultada, da utopia à agonia”, dedicada especificamente ao processo de aterramento da Praia Grande, o artigo de Sanchez et al (2004) “PRODUÇÃO DE SENTIDO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos* e o artigo Paola Berenstein Jacques (2008) “Corpografias urbanas”.

Fundação Vila Real da Praia Grande

1819

2019

2



Colagem do tempo
Fonte: Isabella Valentim, 2019

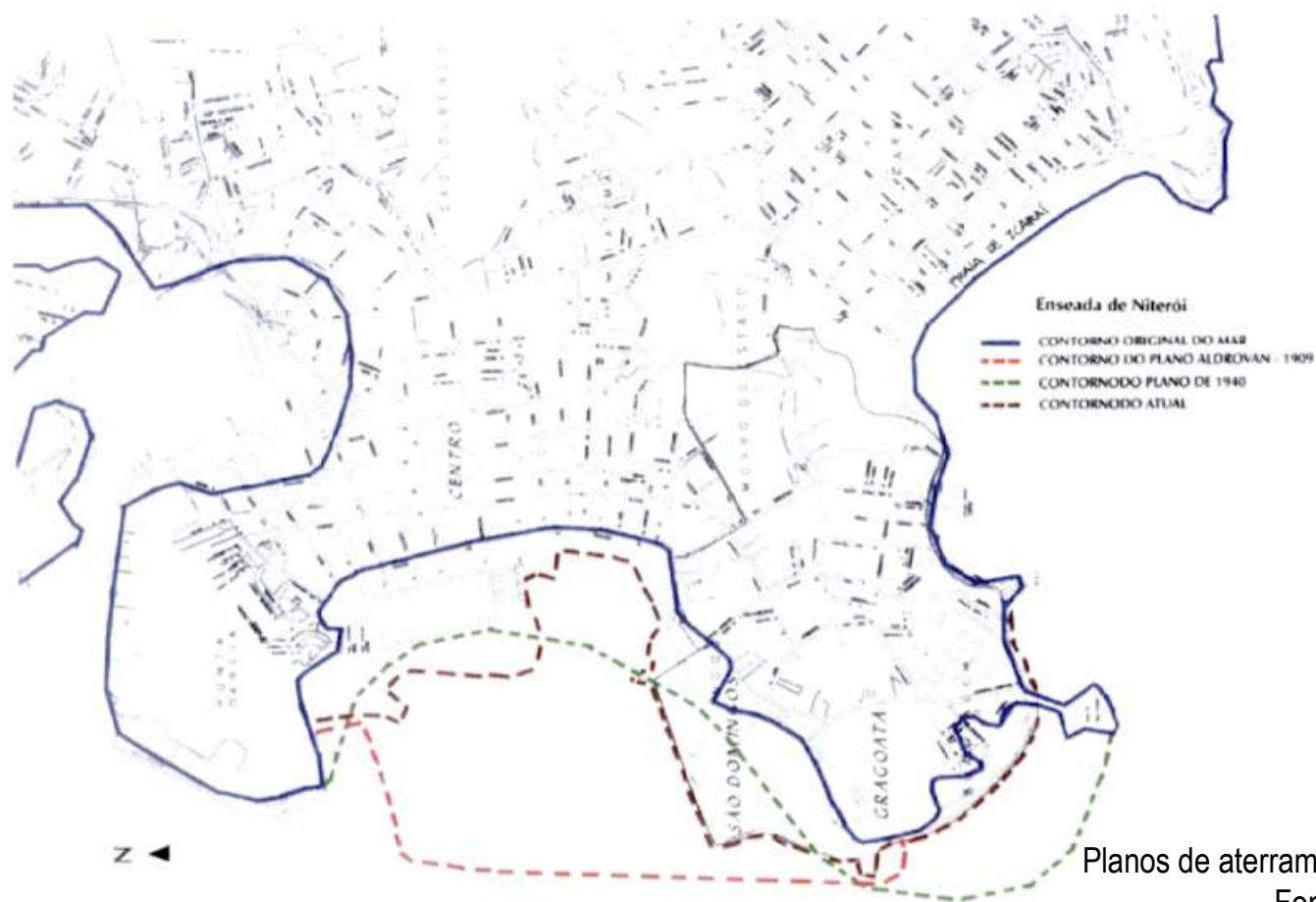
CONTEXTO ATUAL

Apresentação do contexto contemporâneo de Niterói que me direcionaram a problematização do conceito de cidade-mercadoria e city marketing como ponto de partida significativo para pensar e analisar posteriormente a área da Praia Vermelha diante dos objetivos do trabalho de compreender a importância dos espaços públicos urbanos ofuscados, bem como o seu papel na expressão e articulação das relações humanas da população que se apropria desses espaços.

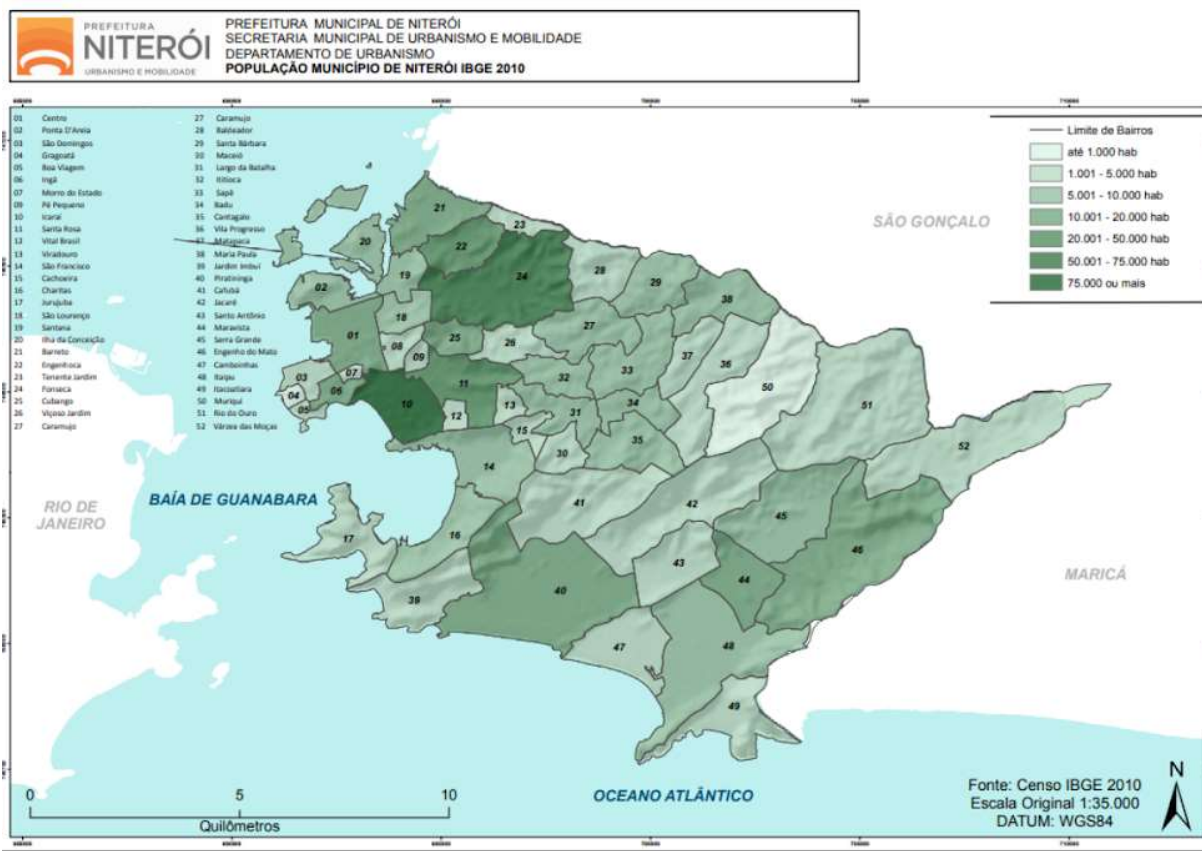
Neste capítulo, apresenta-se uma análise ampla sobre os conflitos sociais, políticos e urbanos que envolvem as intervenções implementadas em Niterói, buscando observar as tratativas do urbanismo/planejamento urbano em prol dos projetos hegemônicos. Neste momento, analiso como esta paisagem urbana tende a se caracterizar como uma cenografia e a experiência urbana cotidiana, por sua vez, acaba resumida a um sentido mercadológico, turístico e consumista no seu modo de operação.

Diante das condições impostas pelo crescimento e expansão da malha urbana, cidades no litoral do país, como Vitória, Rio de Janeiro, Niterói, Santos, e Florianópolis, entre outras, encontraram como alternativa, proceder ao aterramento de áreas de marinha, pântanos, manguezais e lagunas, para nelas implantar vias de tráfego, centros administrativos e de negócios, complexos residenciais, estabelecimentos portuários, núcleos culturais, entre outros.

Em Niterói, algo análogo ocorreu. Espremida entre o mar e uma cadeia de morros de altitude razoável, a cidade encontrava pouco espaço para se expandir. A opção mais econômica foi então a conquista de áreas ao mar com subseqüentes aterramentos, particularmente em sua área central e sul. A ilustração abaixo aponta os novos contornos que as áreas de aterro propiciaram a Niterói ao longo dos anos.



Planos de aterramento da enseada de Niterói
Fonte: PMN, SUMA (sem data)



População do município de Niterói- IBGE 2010
Fonte: PREFEITURA NITERÓI

A cidade está localizada às margens orientais da Baía de Guanabara, com uma população, no ano de 2020, de 515 mil habitantes (IBGE), distribuídos por cinco Regiões de Planejamento e quarenta e oito bairros. Seu território mede 133,757 km² e apresenta uma grande heterogeneidade interna. A área de estudo, localiza-se justamente na cidade de Niterói, a Praia Vermelha, que se divide entre os bairros do Gragoatá e Boa Viagem, e será alvo de reflexões mais aprofundadas nos próximos capítulos do trabalho.

O objeto de pesquisa compreende parte remanescente dos aterros e das obras pertencentes ao conjunto Niemeyer, reunindo predominantemente o uso residencial, sendo uma área pública, um espaço de orla livre do município com um uso (público, privado, espontâneo ou organizado) bastante reduzido.

A paisagem na qual está inserida, a facilidade de acesso aos terminais de transporte público, sua história, suas dimensões físicas e seus usos já consolidados, me fazem perceber que o uso público é a vocação desta área. Tendo o potencial de atender a uma quantidade de pessoas muito mais expressiva do que apresenta atualmente.

Hoje a área correspondente, a Praia Vermelha, pode ser sentida como um vazio urbano:

vazio esvaziado, isto é, o vazio que não preexiste, que é produzido, é engendrado também pela racionalidade moderna em nome da qual foram concebidas intervenções urbanas que rasgam as cidades, a partir de meados do século XIX destituindo-as das suas referências e preparando-as para os novos tempos modernos que viriam (BORDE, 2006)

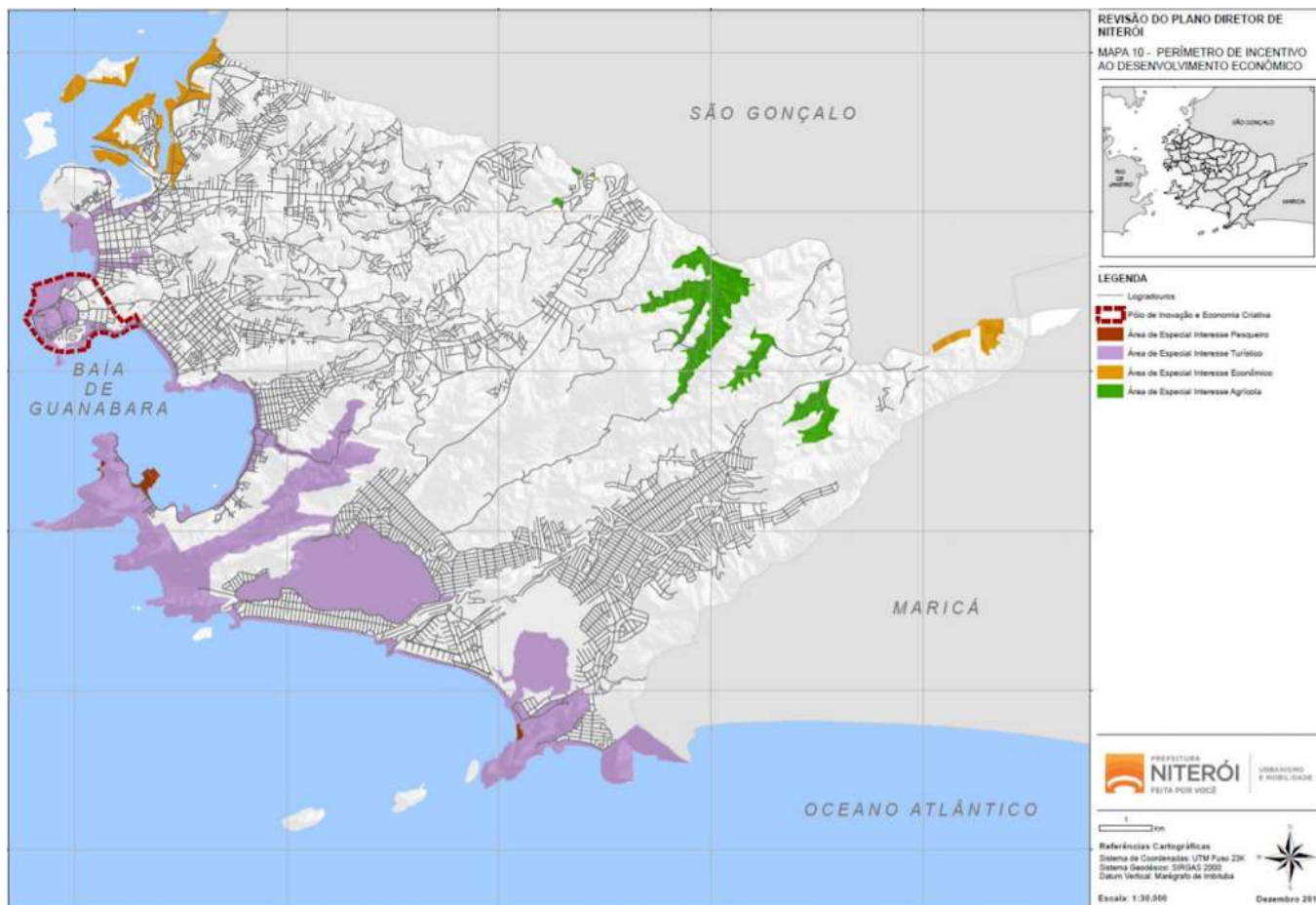
Vale ressaltar também, que dependendo da localização o vazio, não ocupado ou edificado, torna-se lugar disputa: imobiliária - valor de troca, a espetacularização da paisagem, o meio ambiente, a memória e expulsão de pessoas para dar lugar a outras - gentrificação. Isso pode ser claramente observado em outros pontos da cidade, a serem examinados mais à frente.

Para compreender melhor o contexto de esvaziamento/invisibilidade deste espaço, é feita, uma análise a partir do cenário contemporâneo que compreende o início da década de 1990, através de uma cronologia. A opção metodológica foi utilizar os marcos importantes das intervenções feitas na cidade a fim de buscar entender a relação entre as ações e a realidade que as influenciavam.

Esta não se trata, portanto, de uma “simples linha do tempo”, pois tem a intenção de pontuar as ações do poder hegemônico. A cronologia, dos programas analisados, também busca “reconstruir” uma parte da história dos conflitos deste espaço.



Cronologia de intervenções em Niterói
Fonte: Jordhanna Furtado, 2021



Mapa de perímtero de incentivo ao desenvolvimento econômico 2010
 Fonte: PREFEITURA NITERÓI

O Plano Diretor de 1992 veio como um dos principais instrumentos de planejamento das transformações urbanas desejadas e que foi marcada pela inauguração do Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC), junto com uma série de medidas de incentivo na cidade que me direcionaram a escolher a problematização do city marketing e dos planejamentos.

No ano de 1997, no clima da repercussão da inauguração do Museu de Arte Contemporânea de Niterói, dentro do projeto de “revitalização” do centro, é aprovado e concebido o empreendimento do Caminho Niemeyer, um percurso de 3,5km entre a nova Estação das Barcas e o MAC, formando um eixo cultural à beira mar.

O projeto aprovado se torna a lei nº 1604/1997, que “institui o ‘Caminho Niemeyer’ como Área de Especial Interesse Urbanístico, Paisagístico e Turístico” no trecho já referido, ou seja, entre a estação hidroviária e o MAC (Prefeitura Municipal de Niterói, 1997).

No ano de 2002, iniciam-se, finalmente, as obras do Caminho Niemeyer e, seguindo as diretrizes do Estatuto da Cidade, é elaborado o Plano Urbanístico da Região das Praias da Baía, que se tornou a lei nº 1967/02 (Prefeitura Municipal de Niterói, 2002) que regulamenta o “zoneamento ambiental, a implementação de políticas setoriais, a aplicação de instrumentos de política urbana e a ordenação do uso e da ocupação do solo na região”.

Mapa de bairros e regiões 2010
Fonte: PREFEITURA NITERÓI



Este fenômeno de obras de intervenções, verificadas em Niterói, sem dúvida, não se deu de forma espontânea e era defendido pela municipalidade, em especial pelo ex-prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira (1º mandato, 1989-1992), como essencial para a “revitalização” do Centro de Niterói. Jorge Roberto foi figura importante no convencimento da população da cidade dos novos projetos, sendo o porta voz e figura carismática e divulgadora.

Sánchez (2010) problematiza a construção mitológica do “prefeito carismático” como uma peça necessária e recorrente das estratégias de marketing das cidades, para legitimar essas intervenções.

O Caminho, nesse cenário, não é apenas um projeto turístico-cultural mas principalmente um projeto estratégico de modelagem da imagem da cidade com objetivos de atrair investimentos para a mesma. A ideia era de que Niterói estaria recebendo um “banho de civilização”. Utilizando de estratégias de city marketing, onde os gestores municipais buscaram promover o turismo na cidade, a fim de destacá-la da capital, promovendo a autoestima dos cidadãos, da cidade e seu passado. (LUZ, 2009).

Como produto de marketing urbano, o Caminho Niemeyer desconsiderou aspectos sócio-ambientais essenciais para o planejamento de espaços públicos. As obras ao invés de se estenderem pela orla, acabaram em grande parte concentradas no aterro Norte, sendo frequentemente criticada pela falta de relação com o entorno urbano no qual estão inseridas.

“O Caminho Niemeyer ao invés de se constituir num elemento de agregação urbana para a cidade de Niterói acabou se tornando um fim em si mesmo” (JANOT, 2008).

O projeto não apenas afasta a população do mar, ele se torna um empecilho no contato com a paisagem (seria como se a cidade de Niterói desse as costas à baía), mas também com o próprio complexo arquitetônico, ainda tão desintegrado da cidade. Somado a isso, observa-se ainda o pouco hábito de frequência pela população do município, sobretudo pelas classes mais baixas, que não receberam o devido status de frequentadores locais como a classe média e turistas. Além disso, pode-se associar a questão do hábito com o "baixo" valor de uso que reverbera em baixa intensidade qualitativa e quantitativa de apropriação e uso desse espaço livre. A esses fatos observa-se ainda que como as intervenções foram pontuais, os problemas da região continuaram a existir.

PROGRAMA VIVA CENTRO

Atualmente, não é exagero, e sim uma constatação, que o Caminho, a grande estratégia usada no city marketing de Niterói, é apenas um conjunto de prédios assinados por Niemeyer. Por faltarem planos cultural, turístico e urbano para os mesmos, muitos dos seus monumentos são, e quando o são, apenas um lugar de passagem.

Essa falta de integração entre o Caminho e a própria cidade, porém, é percebida tardiamente, por conta do vazio urbano do entorno e da dificuldade de acesso, assim como pelo pouco incentivo à frequência da população municipal pertencente às classes mais baixas. A arquitetura fetichizada pouco se adaptou à paisagem preexistente da cidade e apesar do valor técnico disposto pelas formas construídas por si só, há a questão da estrutura onde elas surgem e a falta de encaixe das mesmas com o tecido urbano.

Explicita-se, então, pela primeira vez, a preocupação do poder público em criar as condições para a integração entre o Caminho Niemeyer e o antigo tecido urbano. O Programa Viva Centro tenta reaproximar essas áreas, visto que a totalidade da paisagem constituída pelas formas contemporâneas projetadas por Niemeyer junto às formas pretéritas do Centro se mostram decadentes e desconexas umas das outras.



Fracionamento da AEIU- Caminho Niemeyer
 Fonte: PREFEITURA DE NITERÓI

Acrescenta Oliveira (2009) que:

“Nesse sentido, o Caminho Niemeyer nasce como um conjunto de obras estranhas ao cotidiano dos moradores de Niterói e à funcionalidade urbana reinante na cidade, só posteriormente e quase dez anos depois de sua instituição pela prefeitura, é que foi se pensar em sua integração com a área central da cidade, em virtude de suas conseqüências na paisagem, na circulação e na revalorização do espaço urbano na área atinente ao projeto.” (OLIVEIRA, 2009)

“O projeto Viva Centro é então pensado para a “reabilitação” de uma Niterói em vias de degradação desde os anos 1970, conforme se desenrolou a transferência da administração do estado para a cidade do Rio de Janeiro, combinado a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, além da expansão urbana desenfreada a partir da inauguração da ponte Rio-Niterói e o conseqüente fortalecimento da centralidade de outros bairros, como Icaraí”(Prefeitura Municipal de Niterói, 2006).

“Reabilitação” esta que ignora a preexistência do lugar, como se ali não existisse nada ou nem ninguém. Os pescadores, comerciantes dos quiosques, igreja, a Universidade Federal Fluminense, por exemplo, são elementos desconsiderados dessas medidas.

Os princípios para a elaboração do programa, além de incluírem a ampliação e a integração da AEIU do Caminho Niemeyer à área consolidada da cidade, resguardava também a captação de recursos provenientes da valorização urbana a serem investidas na área com habitações de interesse social, requalificação do espaço público, preservação do patrimônio arquitetônico e o favorecimento pela acessibilidade física.

A ampliação do zoneamento fracionou a AEIU do Caminho em quatro partes: conjunto arquitetônico do Caminho Niemeyer no Aterro Norte; Conjunto arquitetônico do Caminho Niemeyer na Via 100 (delimitado pela Oficina da Cantareira); Fração urbana Orla Mar (delimitada pelo Terminal Rodoviário João Goulart) e Fração urbana Gragoatá/UFF.

Sobre as consequências do Programa Viva Centro:

“O projeto que tinha estimativa de ser realizado em dois anos até hoje não foi concluído. Além disso, o gasto do projeto também foi muito maior que o estimado em 1997. Em 2011, o gasto previsto com a construção do projeto superava em 85% (R\$55 milhões) o investimento inicialmente previsto, de R\$65 milhões (...) (...) Uma das consequências após a implementação do MAC e do Caminho Niemeyer (ainda que incompleto) e também do uso destas construções como city marketing, foi o processo de gentrificação. A política municipal de atrair moradores de classe média e alta para o município foi desacompanhada de medidas voltadas a manter uma pluralidade social no espaço, resultando em um acentuamento da segregação espacial (...). (...) Todavia, diante da cidade projetada, ganha relevo a cidade real, com suas vísceras de alvenaria, seus barracos e desastres.” (Madeira Filho; Terra, 2013).

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA (OUC)

As rugosidades na paisagem e, portanto, a diferenciação pelo contemporâneo de Niemeyer e o “degradado” do Centro ainda incomodavam. Neste cenário, a prefeitura de Niterói apresentou então a Operação Urbana Consorciada.

Um dos desafios enfrentados pela OUC é a necessidade, novamente, de integração do Caminho Niemeyer ao restante da cidade, tendo em vista que nem a política urbana disposta pela prefeitura de Niterói no ato da construção do projeto, nem o Programa Viva Centro foram capazes de fazê-lo.

A nova política urbana pensada pela prefeitura de Niterói como meio de conter o quadro de abandono e esvaziamento, autorizada pela Lei 3069/2013 (Secretaria de Urbanismo de Niterói, 2014), é inspirada no Porto Maravilha, no Rio de Janeiro e Barcelona a fim de revitalizar o Centro de Niterói para resgate da autoestima dos moradores com a transformação da “porta de entrada” da cidade em digna e atraente para investimentos e turistas, mesmo que fosse um ideal de planejamento urbano, mais uma vez, alheio à realidade específica da sociedade e da cidade.

O discurso de desvalorização do Centro e situação financeira do município abre pauta para adoção novamente das parcerias público-privadas, que passam ao posto de solução para enfrentamento do caos de uma área central desorganizada, deteriorada e insegura.

A iniciativa privada investirá na “recuperação” dos espaços “degradados” e em contrapartida receberá o Cepac (Certificado de Potencial Adicional de Construção). A expectativa da prefeitura é que a OUC, com a construção de novas residências e comércios, atraia 40 mil novos habitantes para a cidade nos próximos 20 anos (Cunha, 2017).

A operação daria permissão a alteração da morfologia urbana a fim de viabilizar grandes construções, apesar disto infringir o PUR das Baías, que protege o ambiente urbano e os centros de quadras. No entanto, entre os elementos obrigatórios para a aprovação da OUC, elencados no Estatuto da Cidade, apresenta-se somente o estudo prévio do impacto de vizinhança durante as audiências públicas, apesar de lá também explicitar que deve haver processo democrático na tomada de decisões, programa básico de ocupação e previsão de compensação para a população diretamente afetada (Bienenstein et al, 2015).

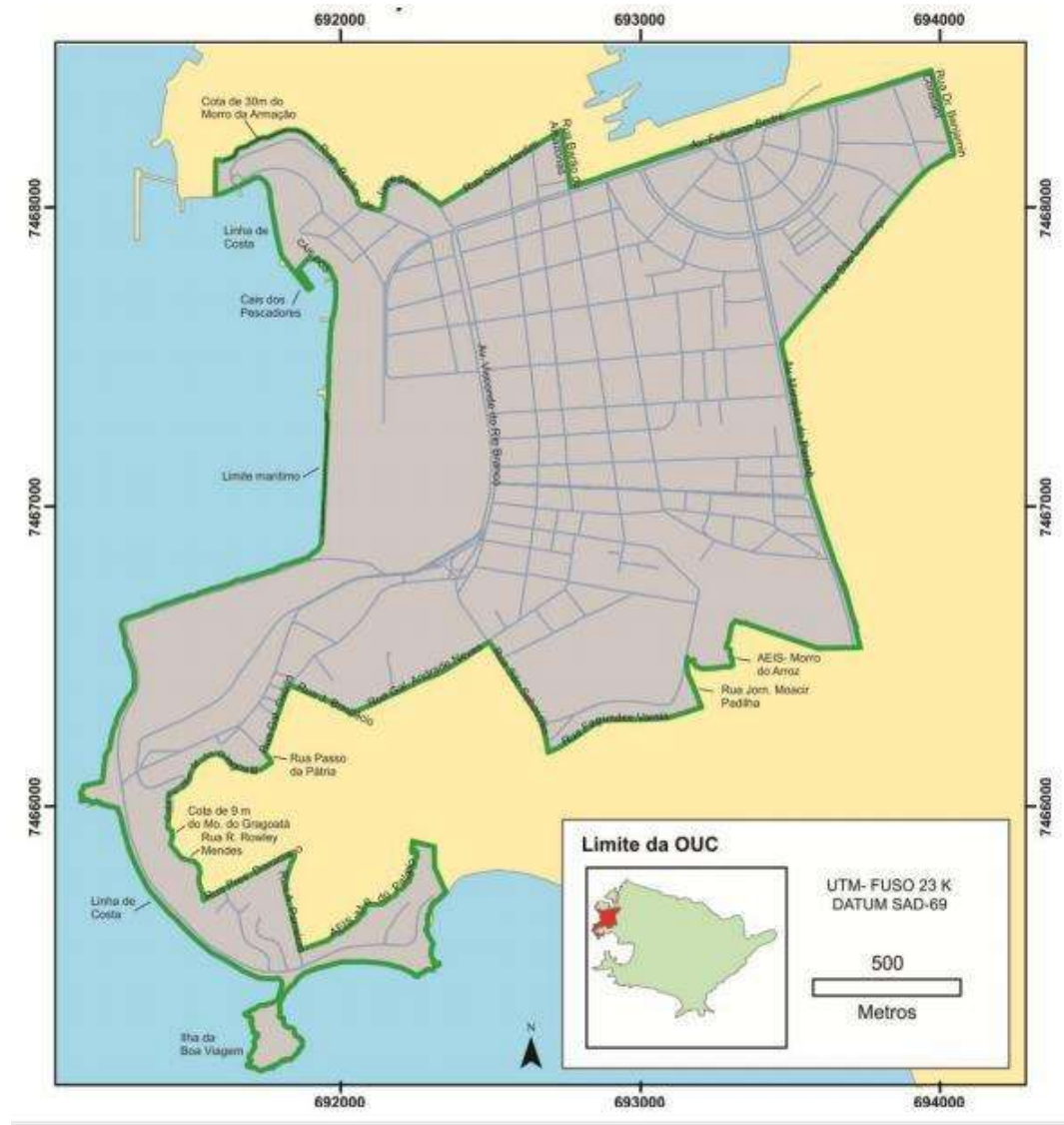
A Operação Urbana Consorciada da região central de Niterói permitiria uma profunda revolução urbana nos 3,2 km² correspondidos pelos bairros do Centro, Ponta D’Areia, São Lourenço, Bairro de Fátima, São Domingos, Gragoatá, Boa Viagem e Morro do Estado pelo período de 20 anos. Alguns dos parâmetros urbanísticos presentes no PUR das Praias da Baía foram alterados para que essas áreas pudessem ser incorporadas à OUC, para fins do aumento do potencial construtivo.

O projeto se mostrou parecido a OUC do Rio de Janeiro não apenas pelo apoio das mesmas grandes empresas do ramo imobiliário, como OAS, Odebrecht e Andrade Gutierrez, e utilização do contexto das Olimpíadas de 2016 como oportunidade, mas também pela desconsideração da diversidade socioeconômica, dos usos do tecido urbano e pela adoção de uma gestão urbana privada (Bienenstein et al, 2015; Souza; Honorato, 2019).

Ao seguir este discurso hegemônico ignora-se novamente, através de um plano urbanístico genérico, a realidade cotidiana das relações sociais e o dinamismo envolto pela região. Assim como na OUC-Porto Maravilha, a OUC-Niterói expõe um processo urbano movido pelas demandas e intervenções do mercado imobiliário, seguindo o caminho de gestão urbana que vende a cidade para enfrentar a crise urbana e as limitações orçamentárias.

Apesar da pressa da prefeitura de Niterói em aprovar o projeto, e dele ser apresentado como uma grande alternativa de revitalização urbana do Centro degradado (segundo o discurso oficial), a ação insistente de grupos contra-hegemônicos, como a Universidade Federal Fluminense e entidades profissionais acabou por abortar os planos, com muita luta, ao forçar reuniões com diferentes segmentos como forma de debater democraticamente o assunto. E mesmo com a tentativa de marketing urbano e jogo político para criar um consenso em prol da proposta da OUC, apresentada como revitalização do Centro da cidade, a Operação já se mostrara frustrada e falida pela burocracia e oposição envolvidas.

No fim de 2017, por exemplo, a OUC foi paralisada por liminar do Ministério Público do Rio de Janeiro como forma de obrigar a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima).



Limite OUC
Fonte: PREFEITURA DE NITERÓI

CONSIDERAÇÕES

Cabe aqui ressaltar, que os projetos apontados demonstram claramente as alternativas desenvolvidas na intenção de solucionar as falhas provenientes do projeto do Caminho Niemeyer, e comprava-se a ineficiência das mesmas. As próprias soluções eram tão hegemônicas quanto o projeto problemático, ignorando a escala humana e as reais necessidades da população. A prefeitura parece não ter aprendido que para projetos nessa escala na cidade é necessário considerar a existência dos corpos humanos e suas demandas.

Observa-se que todos esses projetos urbano-paisagísticos, têm características em comum. São frequentes as ideias de se criar um “novo centro”, de recuperação do prestígio perdido e de uma cidade atrativa turisticamente. No caso de Niterói não foi diferente, desde as propostas do século XIX, até os projetos recentes, a orla aterrada foi frequentemente alvo de intervenções abusivas em busca de atender à função de “sala de visitas” a ela atribuída, voltada para quem chegasse à Niterói.

Para Paola Jacques (2010) os projetos ditos de revitalização – esta denominação insinua que os espaços a serem “revitalizados” estão mortos, sem vida, ou que o tipo de vida existente não é apropriado e deve ser substituído – são quase sempre projetos pacificadores e espetaculares. Dentro da mesma lógica espetacular, baseada na criação de imagens e construção de consensos urbanos, os espaços públicos contemporâneos, assim como a cultura, são vistos como estratégicos para a construção e a promoção de imagens de marca consensuais de cidades, ou seja, são pensados enquanto peças publicitárias, para consumo imediato.

Porém, o que justifica toda essa engrenagem? O que faz tudo ser convincentemente bom para todos e angariar tantos “devotos”? Uma possível resposta é a chamada “consciência de crise” (VAINER, 2000). A “crise”, e tudo que gravita ao redor dela, é a principal justificativa para legitimar ações políticas e econômicas de grande impacto. A aura de crise que “paira no ar” é o “clima” especialmente propenso para se construir o patriotismo de cidade que levará à ideia de consenso ideal (GUTERMAN, B., 2017)

Falando de crise de qualquer natureza que seja, nós transmitimos em primeiro lugar o sentimento de incerteza, de nossa ignorância da direção que as questões estão prestes a tomar, e, secundariamente, do ímpeto de intervir, de escolher as medidas certas e decidir aplicá-las com presteza. Quando diagnosticamos uma situação de “crítica”, é exatamente isso que queremos dizer, a conjugação de um diagnóstico e um chamado à ação. (BAUMAN & BORDONI, 2016)

Graças ao cenário caótico projetado pela crise, a “cidade” se torna uma mercadoria, e é vendida para grandes “parceiros” privados, e essas transações, antes veladas, agora são escancaradas e legitimadas: tudo é possível e vendável para vencer a crise! (GUTERMAN, B., 2017)

3



Fonte: Pinterest

CIDADE MERCADORIA

A partir do módulo anterior, recorre-se a uma reflexão crítica sobre a frente marítima de Niterói, dentro da perspectiva dos planejamentos estratégicos e do city marketing. Entende-se aqui, que a análise das políticas de promoção/produção das cidades, ou de "reinvenção das cidades", parece indicar a emergência de um conjunto de representações que desenham uma cidade ideal, fruto de uma competição imagética, de uma luta simbólica que procura dotar esta cidade ideal das quantidades apropriadas de valores hegemônicos.

Tomando como pano de fundo a globalização, procura-se mostrar que as mudanças impulsionadas por este fenômeno que não se restringem ao mundo econômico, mas afeta a produção do espaço urbano e atinge diretamente a formulação e legitimação de paradigmas nas políticas urbanas.

O material apresentado tem como orientação a seleção de fragmentos extraídos da própria enunciação oficial dos projetos – nacionais e internacionais – para tornar evidentes os seus diversos planos discursivos e programáticos.

Não há como negar que as transformações experimentadas pelo capitalismo repercutiram nas aglomerações urbanas mundo afora. A partir de um determinado momento histórico, aqui identificado com os anos 90, as cidades passaram a ser “vendidas” de modo semelhante, sendo transformadas em produtos que devem ser comercializados e vendidos para investidores, turistas e consumidores, sugerindo que os espaços urbanos se realizassem enquanto mercadorias.

“A produção e gestão do espaço contemporâneo parecem estar transformando a cidade cada vez mais em mercadoria a ser vendida através de políticas de marketing dignas de uma grande empresa” (SÁNCHEZ, 2003).

“Essa visão de mundo dominante que constrói a “cidade da virada de século” procura, a partir da difusão de “modelos”, normatizar as cidades, configurá-las de acordo com os parâmetros da cidade competitiva, da cidade-empresa, da cidade mercadoria e da cidade-pátria, desconsiderando sua complexidade sócio-espacial e a multiplicidade de cada território urbano.” (SANCHEZ, 2001).

“Reconhecidos e tomados como modelos que devem ser seguidos, tendo em vista o pretenso sucesso quando de sua aplicação em outras cidades de contextos fortemente distintos, tais enunciados se configuram como o receituário a ser seguido pelas diversas localidades, em detrimento de suas respectivas identidades e/ou singularidades sócio geográficas e culturais.” (SANCHEZ et al, 2004). A receita é basicamente a mesma, onde o êxito seria medido por vários critérios: desde o aumento da receita com o turismo e do índice de emprego até o melhoramento da qualidade de vida e elevação da autoestima dos habitantes.

“Quando a reestruturação passa a estar submetida à lógica do “grande negócio”, é preponderante o papel da gestão cultural no novo “receituário”, a cultura seria a mercadoria vedete na próxima rodada do capitalismo, exercendo a mesma função estratégica desempenhada nos dois ciclos anteriores pela estrada de ferro e pelo automóvel”. (ARANTES, 2000).

O fenômeno do mercado de cidades encontra uma nova dinâmica para a reprodução do capitalismo que, sob a égide do poder político dos governos locais, se enfileira através dos processos de reestruturação urbana (como exigência da economia competitiva) e através da construção de imagem para vendê-la (a fabricação de uma imagem midiática “sem conflitos”, asséptica e ordenada), são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de city marketing, importantes instrumentos de difusão e afirmação dos processos de intervenção espacial para inseri-la no mercado.

Repensadas e relidas, as cidades têm sido produzidas com vistas à ampliação de sua inserção no circuito mundial de valorização, notadamente através da adequação de suas formas de gestão e produção de seus espaços. Competitividade, “empresariamento”, planejamento estratégico (por projetos), intervenções pontuais, entre outros enunciados, passam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pelos administradores urbanos.

A produção e divulgação de uma “imagem” positiva e “vendável” da “Nova Niterói”, faz parte desse um engenhoso processo de planejamento urbano.

Niterói - RJ	“A inclusão definitiva do Caminho Niemeyer nos roteiros turísticos internacionais garantirá a Niterói um desenvolvimento monumental.” (Prefeitura Municipal de Niterói, 2002).
--------------	--

“Dentre os elementos relacionados à emergência dos modelos, destacam-se os GPDU ou GPU (Grandes Projetos Urbanos) – verdadeiras sínteses configuradoras de um enfoque específico de fazer e refazer as cidades do mundo contemporâneo. A análise aqui pretendida interpreta os GPDU ou GPU, como elementos importantes da história recente das formas de gestão e produção do espaço urbano, formas estas subordinadas aos novos circuitos do capitalismo globalizado. Associados a esse novo panorama, eles vêm sendo difundidos internacionalmente enquanto referências do urbanismo contemporâneo e, sendo assim, esses projetos expressam hoje toda a essência da “estratégia urbana de revitalização” associada à alegoria do “renascimento” das cidades”. (SANCHEZ et al, 2004)

Incontáveis são os exemplos de GPU que, orientados para a “revitalização urbana”, prometem promover o crescimento econômico, tanto mediante o incremento do turismo quanto da atração de novos investimentos (SANCHEZ et al, 2004). Dessa maneira, com base na tendência mundial do “urbanismo estratégico”, esse modelo de gestão dá prioridade às intervenções localizadas e pontuais.

As adequações locais a tais estrangimentos de amplitude global, implicam no enfrentamento desse quadro através do “empresariamento” urbano”, destacando-se no bojo do processo, a formação de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada, que constitui um dos principais pilares das novas feições e estrutura do governo urbano sintonizado com a competitividade, fragmentação do processo de planejamento e a divisão do território em parcelas sob interesse dos respectivos grupos empresariais, a desregulamentação e/ou flexibilização do aparato legal da cidade e a redução da escala de intervenção/gestão urbana, por meio de projetos de grande impacto em determinados espaços das cidades.

Niterói - RJ	"Algo desta dimensão deveria ser o portão de entrada de Niterói. Então fomos falar com Amaury Andrade para incluir no projeto um novo terminal hidroviário." (TREIGER, 2002, apud SÁNCHEZ e BIENENSTEIN, 2003).
--------------	---

Diversas cidades vêm apresentando o planejamento por projeto como alternativa às tradicionais orientações dos master-plans e como nova estratégia de desenvolvimento e articulação do tecido urbano. "Exemplos do modelo em pauta, transformados em produtos-vitrine das atuais operações urbanas, podem ser identificados a partir das experiências pioneiras nos Estados Unidos (Boston, Baltimore, Nova York), passando pela Europa (Londres, Barcelona, Berlim, Lisboa) e chegando aos recentes esforços de alguns governos municipais e coalizões empresariais da América Latina (Buenos Aires, Belém do Pará, Fortaleza, São Luiz, Rio de Janeiro, Niterói e Vitória) em se inserirem no rol internacional de cidades ditas (pós)modernas, por meio de projetos estratégicos (SANCHEZ et al, 2004).

Esses projetos modernizadores também investem, particularmente, em construções discursivas de lealdades afetivas para legitimar os projetos e para reverter um aparente quadro de crise.

Niterói - RJ	"O Caminho Niemeyer é grande parte da solução dos problemas de Niterói." (TREIGER, 2002).
--------------	---

O caminho Niemeyer e a nova face de Niterói (1)
Luiz Fernando Janot

[RJ] Revitalização do Centro de Niterói (Caminho Niemeyer + Novo Terminal Intermodal)

O GLOBO CULTURA

Caminho Niemeyer, ícone de Niterói, será concluído

Prefeito eleito promete executar todo o projeto para a orla

Célia Costa
06/12/2012 - 23:19 / Atualizado em 06/12/2012 - 23:49

30. Paulo, sábado, 20 de setembro de 1997

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ARQUITETURA
Prefeitura de Niterói fez convite ao arquiteto
Obras de Niemeyer vão contornar baía no Rio

SERGIO TORRES
da Securam do Rio

A marca de Niemeyer em Niterói

+ [Twitter] [Facebook] [LinkedIn]

Compartilhar

Caminho Niemeyer, o caminho da luz

O Caminho Niemeyer é um conjunto e centro cultural de grande valor da arquitetura, sendo projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, na cidade de Niterói. O principal objetivo era revitalizar a orla da cidade junto a Baía de Guanabara.

O circuito 'Caminho Niemeyer' é composto por sete obras com a assinatura do celebrado arquiteto brasileiro

02/09/10 09:00 [Curta] [Tweet]

Caminho Niemeyer põe Niterói no centro das atenções, com shows, teatro e novo cinema

Uma das linhagens desses Grandes Projetos de Intervenção Urbanística que tem sido mais notabilizada é a dos “waterfronts” – intervenções em áreas portuárias, de frentes marítimas ou ribeirinhas. São fragmentos do território urbano que estão sujeitos a um novo ciclo de refuncionalização em que predominam imagens paralelas de riqueza e decadência históricas expostas às “experiências inovadoras”, com o discurso de reintegrar áreas “degradadas e vazias” ao espaço socioeconômico das cidades modernizadas.

De um modo geral, as regiões portuárias ocupam áreas privilegiadas, seja pela proximidade do mar, seja porque estão próximas aos centros das cidades. É com esse discurso que diversos projetos, que vêm despontando no mercado da reestruturação urbana, passam a buscar a recuperação e integração do “waterfront” ao tecido urbano.

Todavia, para garantir o sucesso das iniciativas de renovação que redefinem a hierarquia de áreas em favor de fragmentos antes degradados, a proposta arquitetônica e urbanística de impacto tornou-se o trunfo garantido, assim como a assinatura arquitetônica transformada em emblema. Alguns prefeitos, inclusive, passam a listar em seus discursos o repertório de edificações assinadas por grandes arquitetos, como sinal indicador do processo de internacionalização que a cidade abraça.

“O prefeito, que não era de meias medidas, encarregara-me de convidar Oscar Niemeyer, ver se ele queria fazer um museu de arte contemporânea em Niterói.” (CAMPOFIORITO, I., 2006)

Esse tipo de proposta calcada em grandes projetos de intervenção urbanística está contribuindo para a inversão da noção de espaço público, que, nesses tempos de desmedidas empresariais, vem se tornando cada vez mais subordinado aos interesses privados, o que reduz consideravelmente as chances de se interferir nas cidades numa perspectiva mais inclusiva, através desse tipo de iniciativa.

O atual aparato de produção simbólica, impulsionado pela coalizão hegemônica deste projeto de cidade, promove uma imagem urbana *gentrificada* (SMITH, 1996) de espaços “consumíveis”, com a diluição das diferenças, o apagamento das desigualdades e a homogeneização de gostos e valores, acarretando consequências a longo prazo no que se refere a seus efeitos relativos à igualdade social, à democracia urbana, à constituição da cidadania e à apropriação dos espaços públicos.

Assim, apesar de no nível do discurso os GPDU sejam utilizados como iniciativas capazes de instaurar possíveis identidades cidadinas, sobretudo aquelas ligadas à sensação de pertencimento à cidade, a verdade é que poucos cidadãos consomem esses espaços e têm podido aproveitar de suas pretensas benesses. Embora possam ser parcialmente desfrutados por todos, eles têm sua fruição integral limitada.



Fonte: Deconhecida

4

HISTÓRICO

Perpassando de forma sintética, este próximo capítulo situará o contexto histórico relevante para a compreensão frente marítima de Niterói. Para compreender a conformação atual do território é necessário rever os processos de transformação da paisagem, para então entender seu histórico de ocupação urbana, planos e projetos. Sendo assim, será feito um balanço dos sucessivos aterramentos e intervenções urbanas que se abateram sobre essa faixa do litoral. Com a abordagem desse conjunto de períodos, procura-se oferecer um panorama, ainda que sucinto, da evolução da orla estudada.

O contexto analisado neste momento gira, fundamentalmente, em torno da discussão dos grandes projetos realizados ao longo dos anos e de como a experiência do corpo no território foi desconsiderada dessa frente marítima.

Observa-se aqui que o mar, a Baía de Guanabara, vira um espaço de ocupação para os grandes projetos da cidade, tanto por meio dos projetos de aterramento, quanto pelos projetos posteriores sobre o aterro (Caminho Niemeyer) e os no entorno deste (MAC).

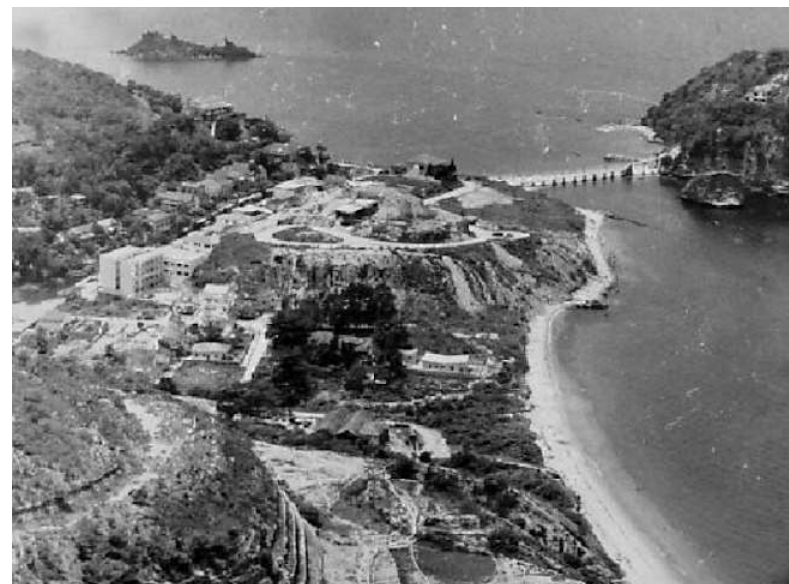
O aterro vem, não para priorizar a experiência, as lutas, ou em alguma medida as reivindicações da população, mas para atender as demandas hegemônicas. A Baía de Guanabara vira um espaço de ocupação que não necessariamente atende e cede espaço para os corpos, mas se transforma num espaço para grandes projetos, com intenções de se inserir no mercado mundial.

Esse aterro é preenchido por ocupações aqui entendidas como pouco nobres, e que por mais que se tivesse um projeto de aterro, este se perde, assim como se perde também a oportunidade dos corpos ocuparem ou se apropriarem daquela aquela área, pois esta acaba sendo uma frente não apropriada, como vimos anteriormente.

O aterramento produz também uma perda corpórea no mar, onde os corpos que faziam uso deste, as comunidades ribeirinhas, por exemplo, perdem espaço e são espremidos pelos projetos desenvolvidos.

[...] pretendemos contar um pouco da história desse entre composto de terra e pedra (MARTINS, 2006)

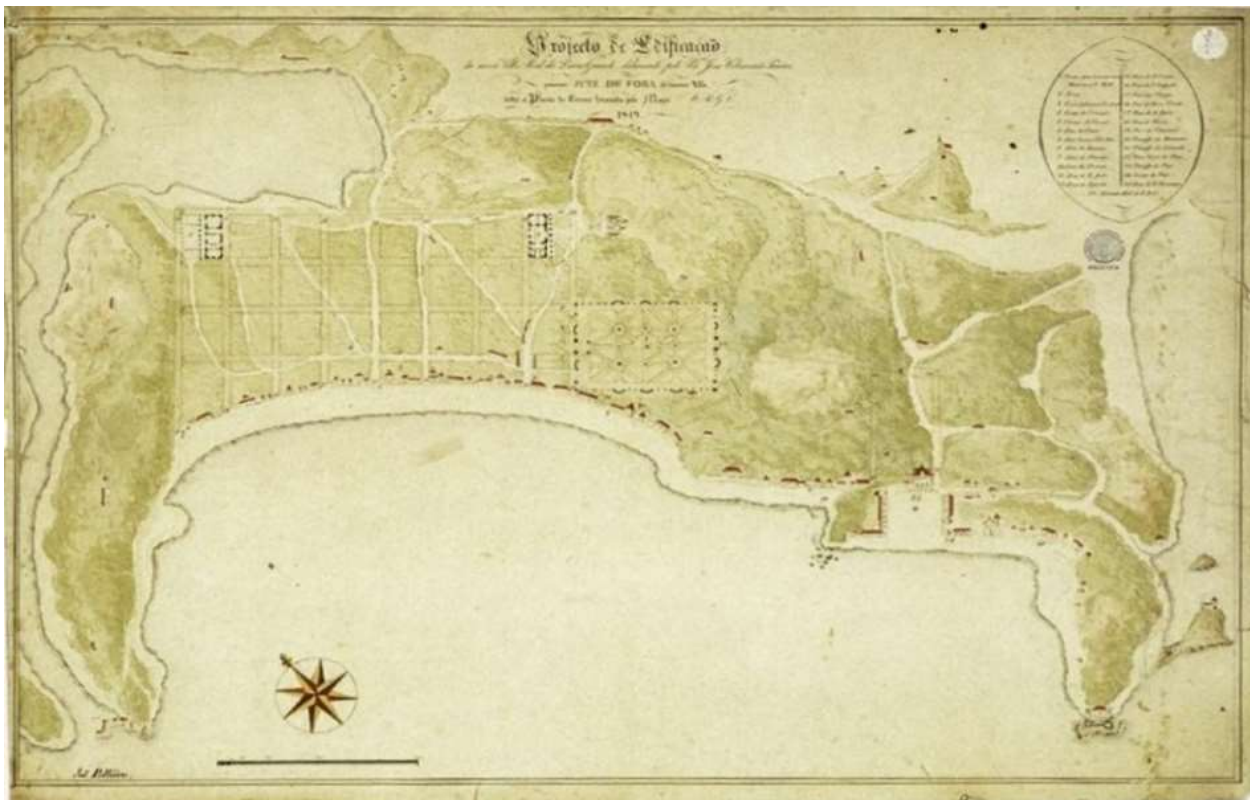
Neste trabalho, além de um processo de cidadania, a investigação histórica toma um papel importante como processo de descoberta e apreensão das diversas camadas da paisagem, inclusive aquelas ocultas. Para esta revisão bibliográfica, foram selecionados trabalhos que abordassem diferentes momentos históricos do Centro de Niterói, desde o início da sua urbanização, no século XIX, passando pelos projetos modernos de remodelação do século XX, até a Niterói do século XXI, marcada pelos traços do arquiteto Oscar Niemeyer.



Fotografia do bairro da Boa Viagem
Fonte: Desconhecida



Fonte: Google Earth



Plano Pallière, 1819
Fonte: CAMPOS, 1999

As diversas camadas de intervenções realizadas ao longo dos anos na cidade visavam abrir espaço para que emergisse a modernidade na vida urbana. Havia expectativa de que com as obras fosse de fato nascer uma nova Niterói, desenvolvida, intelectual, participativa nos cenários estadual e nacional e atrativa turisticamente.

Nos planos, isso se materializa nas dimensões ambiciosas das áreas idealizadas, muitas vezes incompatíveis com o restante da cidade.

Século XIX

No contexto da visita do Imperador e dos melhoramentos e transformações que o Rio de Janeiro vinha recebendo, Dom João VI, com o desejo de impulsionar o desenvolvimento do lado de cá da Baía de Guanabara, instituiu em 1819 a Vila Real da Praia Grande na Enseada de mesmo nome. O plano de edificação da Vila foi desenhado por Arnaud Julien Pallière e implementado junto com um detalhado código de posturas. (CAMPOS, 1998)

Da rua da Praia, uma das poucas existentes antes do plano de urbanização de 1819, partia o traçado de ruas paralelas e transversais, formando um “tabuleiro de xadrez”. Entretanto, à praia não era atribuído o mesmo valor que atualmente se atribui às orlas. A orla, com seu singelo gradeado, assumia um papel secundário em relação aos outros espaços públicos da Vila, como o Passeio Público e o Rossio.

Este Plano foi em grande parte implementado e até hoje a malha urbana do Centro mantém essa estrutura original. Durante o século XIX, a Vila prosperou e não muitos anos depois, em 1835, recebeu o título de Cidade Imperial de Nictheroy.

Século XX

No início do século seguinte, Niterói recebe o título de capital do estado e após a Revolta da Armada, volta a ser objeto de planos urbanos.

Em tal condição, a cidade irá abraçar uma cultura desenvolvimentista, com as administrações estadual e municipal mergulhadas em desejo modernizador e alicerçadas em planos que indicavam intervenções significativas na morfologia da nova capital.

A natureza das intervenções reflete a intenção de se procurar organizar uma vida urbana condizente com a sua condição de Capital perante o Estado fluminense. Na esteira de todo esse conjunto de planos e intervenções, o discurso por uma “Nova Niterói” irá coroar esse estado de espírito empreendedor.



Recorte do Avant Projet d'Aménagement et d'Extension de la Ville de Niterói
Fonte: Atílio Corrêa Lima, 1932

Em um momento em que a nação brasileira se via construindo uma imagem nacional, da mesma forma, o movimento fluminense pretendia redefinir a identidade cultural do estado no cenário nacional por meio do nacionalismo e do discurso modernista (MONTEIRO; REZNIK, 2008)

“Era da cidade de Niterói, que se respiravam os ares de uma modernização” (MONTEIRO; REZNIK, 2008)

Contemporâneo a este período e em consonância com as diretrizes do movimento modernista, o arquiteto Atílio Corrêa Lima apresenta sua tese de doutoramento em 1930 ao Instituto de Urbanismo de Paris, intitulada *Avant Projet d'Aménagement et d'Extension de la Ville de Niterói*, um grande projeto urbano de reestruturação de todo o território de Niterói. Apesar de não ter sido o primeiro, o projeto de Atílio é um dos embriões modernos das iniciativas urbanísticas que mais tarde vieram a se concretizar na cidade.

Neste projeto é possível identificar os princípios modernistas de organização do espaço urbano, como a setorização, o sistema viário como estruturador do território, as amplas e monumentais avenidas e a distribuição dos espaços públicos. Para as áreas centrais, o arquiteto apresentou uma “política urbana emoldurada por um caráter triunfalista, com toques de monumentalidade.” (MARTINS, 2006). O projeto inclusive guarda semelhanças com o contemporâneo Plano Agache para o Rio de Janeiro.

Pouco depois, sob pinceladas de autoritarismo e sob a mentalidade desenvolvimentista, em pleno Estado Novo, o então governador Amaral Peixoto por meio do Decreto-Lei federal nº 2.441, de 23 de julho de 1940, lança o Plano de Remodelação e Urbanização da cidade de Niterói, que se consagraria como uma das maiores intervenções urbanas feitas na cidade. Tudo sob o ideal da edificação de uma espécie de “Nova Niterói”, visando dar à cidade uma fisionomia de cidade moderna.

A reurbanização da cidade previa uma ocupação bastante megalômana, nos moldes do Aterro do Flamengo, idealizada pelas autoridades locais e obedecendo a uma visão urbanística bem típica da época. (MARTINS, 2006). Neste plano, o aterramento da Praia Grande surgia pela primeira vez como proposta concreta, prevendo o desmonte de morros de áreas centrais para viabilização do aterro.



Fonte: Desconhecida



Fonte: Desconhecida

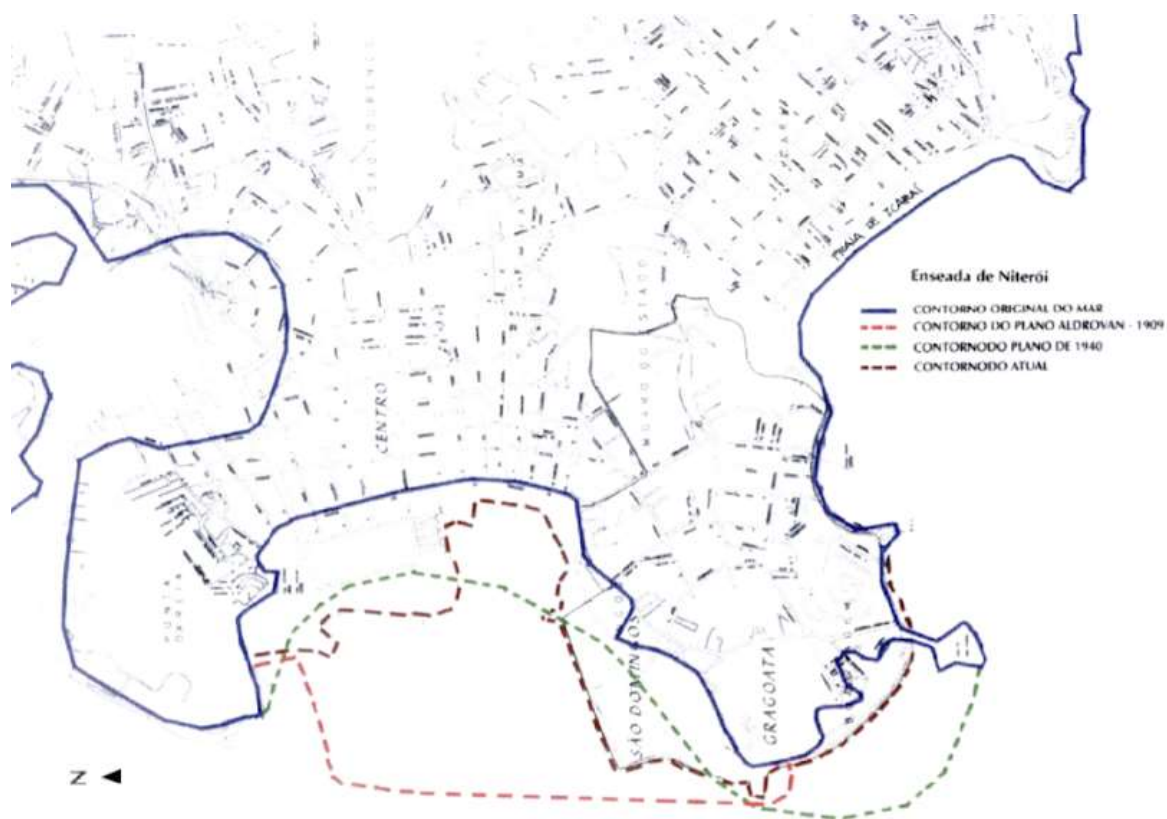
O lançamento do empreendimento sobre a área aterrada não foi bem sucedido e na segunda metade da década seguinte, em 1957, é lançada uma versão adaptada do original, chamado Jardim Fluminense. Dentre outras questões, a enorme dimensão da área aterrada em comparação ao Centro de Niterói e ao restante da cidade veio a ser uma das principais causas de insucesso das propostas para a Praia Grande.

O projeto do loteamento Fluminense não apresentava praticamente nenhuma compatibilidade com a estrutura urbana então oferecida pelo Centro da cidade, nem quanto ao traçado nem quanto ao sistema de circulação. (MARTINS, 2006)

Os anos consecutivos ao lançamento do projeto foram de especulações, impasses e disputas de interesses públicos e privados sobre a área ainda inexistente. Por décadas, o plano da Nova Niterói que nasceria sobre as águas da Baía permaneceu na prancheta pois o processo envolvendo o aterro caminhara de forma conflituosa e contraditória, ao longo de 25 anos vindo a ser enfim executado entre 1971 e 1974.

Da praia restaram apenas dois trechos com as características originais. A relação entre Niterói e a Baía de Guanabara havia sido completamente modificada. Quem passasse pela orla marítima de Niterói, na segunda metade dos anos 70, não conseguiria mais admirar a paisagem da Baía de Guanabara ou a passagem de lanchas e aerobarcos. E nem mesmo a visão panorâmica do litoral carioca. (MARTINS, 2006)

Foram muitos os planos traçados para o Aterro da Praia Grande, mas a concretização dos mesmos, quando aconteceram, foi apenas de forma parcial. Com a perda do governo estadual em 1975, Niterói deixou de ser prioridade para os investimentos públicos e a cidade sentiu os reflexos dessa retração por seu esvaziamento e estagnação. Nas décadas que sucederam a conclusão das obras do Aterro da Praia Grande, a maior parte do programa imaginado para a área não foi edificado.



Planos de aterramento da enseada de Niterói
Fonte: PMN, SUMA (sem data)

A partir de 1980 a área aterrada começa a ser ocupada, ainda que lentamente, e no ano de 1989, inicia-se o primeiro mandato de Jorge Roberto Silveira na prefeitura, que representou um marco na administração municipal, onde o Plano Diretor de 1992 veio como um dos principais instrumentos de planejamento de transformações urbanas.

A ideia era de que Niterói estaria recebendo um “banho de civilização” é disseminada através da utilização de estratégias de city marketing, onde os gestores municipais buscaram promover o turismo na cidade, a fim de destacá-la da capital, promovendo a autoestima dita perdida pelos cidadãos.

O final da década de 1990 foi marcado pela inauguração do Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC), junto com uma série de medidas de incentivo à cultura na cidade. O então prefeito Jorge Roberto Silveira havia convidado o arquiteto Oscar Niemeyer para projetar um museu sobre o mirante da Boa Viagem, intencionalmente pensado para se tornar o símbolo da renovação urbana que se pretendia desencadear na cidade.

Poucos meses após a sua inauguração a revista PROJETO publicou uma matéria de destaque com o título “Oscar Niemeyer na Baía de Guanabara: formas puras em contraste com a exuberância da natureza tropical”:

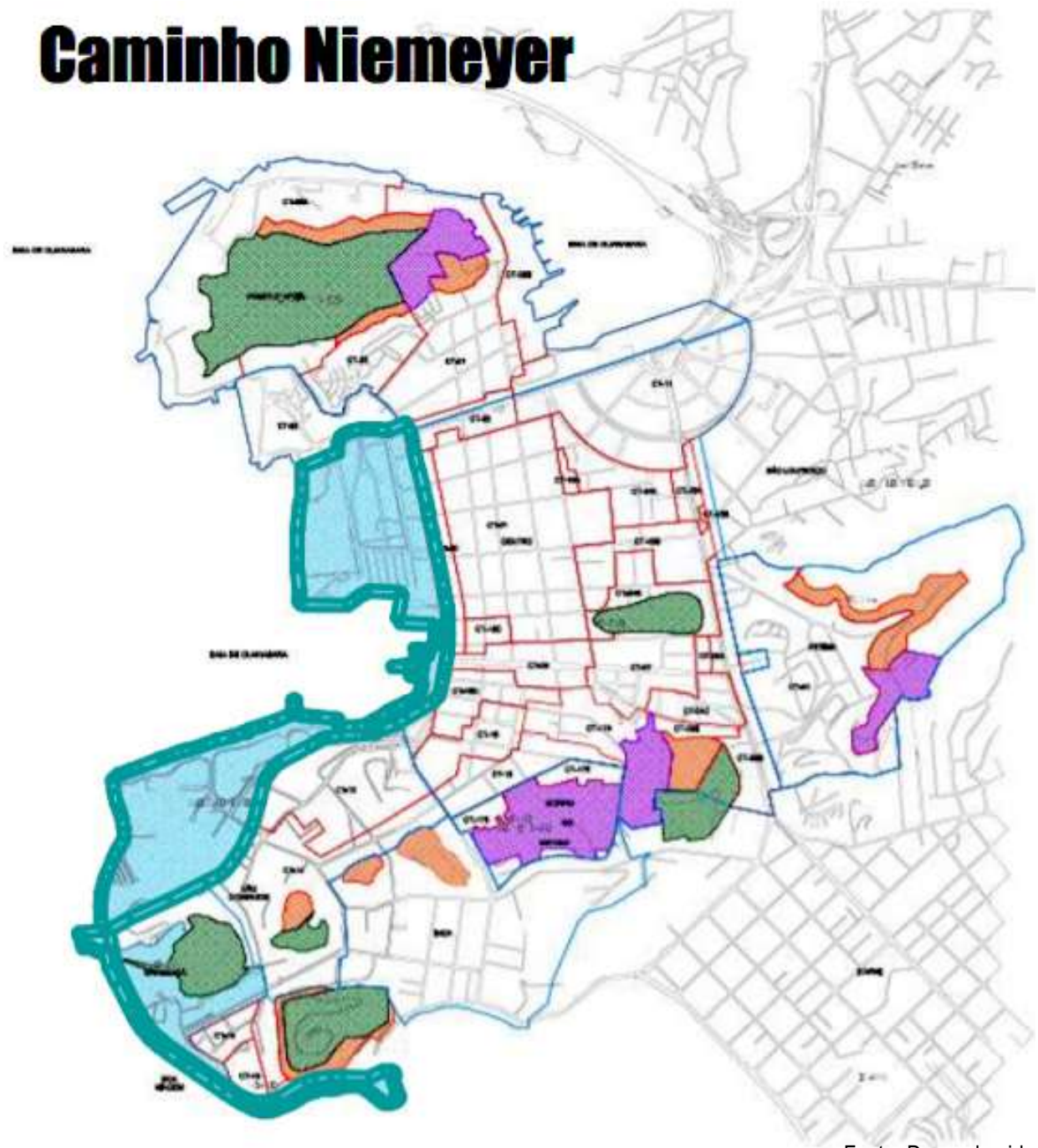
“Foram seis anos de trabalhos em execução, mas o Museu de Arte Contemporânea de Niterói, RJ, conseguiu superar as condições adversas que, na América Latina, tendem a manter no papel os projetos de construção de espaços dedicados à cultura. Idealizado por um dos paladinos da geração que forjou a modernidade latinoamericana, o MAC, com o uso livre e aberto do espaço urbano, adquire o valor emblemático de purificador das tensões ambientais existentes e aponta o papel regenerador e moralizador que a arte exerce na vida social.” (PROJETO DESIGN, 1996)

Caminho Niemeyer

No mesmo ano de 1997, no clima da repercussão da inauguração do Museu, é concebido o empreendimento do Caminho Niemeyer, um percurso de 3,5km entre a nova Estação das Barcas e o MAC, pontuado com obras do arquiteto Oscar Niemeyer, formando um eixo cultural à beira mar.

Com a lei nº 1604 de 30 de outubro de 1997, é oficialmente criado o Caminho Niemeyer, determinando que toda a faixa da orla marítima compreendida pelo projeto fosse transformada em Área de Especial Interesse Urbanístico, Paisagístico e Turístico ficando proibida a instalação de quaisquer edifícios que não fossem os de interesse do Município ou da Universidade Federal Fluminense.

No ano de 1999 oficializou-se o início das obras do Caminho. Entretanto, questões fundiárias e conflitos de interesses entre os agentes envolvidos acabaram prejudicando seu conceito inicial. Ao invés de se alongar pela orla, o Caminho acabou em grande parte concentrado no aterrado Norte. No total o projeto foi apresentado 3 vezes, com mudanças em relação à localização dos edifícios, ao número e programa dos mesmos, às estratégias de financiamento e aos agentes envolvidos.



Fonte: Desconhecida

	LANÇAMENTO	2ª PROPOSTA	3ª PROPOSTA
	1997	1999	2001
Programa	MAC Anfiteatro Restaurante Capela Catedral Católica de Niterói Fundação Oscar Niemeyer	MAC Anfiteatro Capela Catedral Católica de Niterói Fundação Oscar Niemeyer Templo da Igreja Batista Memorial Roberto Silveira Nova Estação das Barcas 5 edifícios de 20 pavimentos	MAC Teatro Popular Capela Catedral Católica de Niterói Fundação Oscar Niemeyer Templo da Igreja Batista Memorial Roberto Silveira Nova Estação das Barcas

Propostas e Programas para o Caminho Niemeyer
Fonte: Isabella Valentim, 2019

O Caminho Niemeyer pode facilmente se encaixar no perfil de um grande projeto de desenvolvimento urbano (GPDU), por suas características comuns a projetos deste tipo em outras cidades do mundo. Características essas como a vontade de se construir uma nova imagem através da criação de ícones arquitetônicos, neste caso através do nome de Oscar Niemeyer, tendo o turismo como meio de aquecimento econômico, aliado ao discurso da necessidade de revitalização da área central.

Desta forma, conclui-se que o Caminho e o MAC não são apenas projetos turístico-culturais, mas principalmente projetos estratégico de modelagem da imagem da cidade com objetivos de atrair investimentos para a mesma. O Caminho, como produto de marketing urbano, privilegiou o interesse turístico e econômico e acabou por desconsiderar aspectos sócio-ambientais essenciais para o planejamento de espaços públicos. Além disso, a obra deixa um longo curso de destruição da orla original do Centro de Niterói, mediante operações de aterramento e de planos de ocupação da área conquistada ao mar.

5



EFÊMERO

Nesta fase ao invés de tentar provocar percepções num panorama fenomenológico, como proposto em fases anteriores de desenvolvimento, o trabalho agora se desenvolve em torno da *desconstrução* de uma série de imagens impregnadas no quadro de cidade mercadoria.

Os projetos urbanos que não levam em conta a corpografia serão fadados ao fracasso? Ou a cidade não depende mais de gente? A cidade é agora, nessa perspectiva mercadológica, auto suficiente?

O levantamento teórico realizado, evidencia os perigos e os cuidados a serem tomados, a fim de enfrentar os paradigmas globais, através de questionamentos fundamentais que são abordados ao longo deste módulo e que apontam para análise dessa desconexão dos grandes projetos com a cidade a partir da ausência do elemento corporal como articulador desses espaços, o que resulta na efemeridade destes.

Algumas questões orientadoras são propostas para esta reflexão:

Quais as possibilidades de desconstruir a imagem de cidade-global?

Essa é uma contradição importante deste trabalho, especialmente quanto ao que se entende como resultado. Por isso, busco apresentar justamente essa contradição no apontamento de argumentos teóricos em torno da cidade global e rebatê-los na expressão do projeto experimental, tendo sempre em mente a preocupação de pensar na efemeridade dos projetos contemporâneos em vista da ausência corporal, que aqui se enxerga como articulador e micro-resistência ao ideal de cidade espetáculo.

Seria importante entender aqui também, “que a crítica ao espetáculo pacificador também faz parte deste processo de espetacularização e que a resistência a este processo lhe é inerente, intrínseca, e mais, que esta crítica só pode ser de fato tensionadora ou problematizadora de dentro do próprio processo, mas em outra escala ou registro, em forma de infiltração, de pequenos desvios, ações moleculares” (GUATTARI, F. E ROLNIK, 1968), ou seja, enquanto micro-resistências.

Como se apresenta o caráter de efemeridade no contexto de cidade global e mercadoria? É através dos corpos? É a materialidade física ou a materialidade das relações? Seria a sua temporalidade?

A partir dessa hesitação, percebo a relatividade que envolve efêmero e o fixo. A própria perspectiva da cidade mercadoria coloca isso de forma muito contundente nas cidades e também de forma muito contraditória.

“Um outro aspecto também importante refere-se a uma espécie de paradoxo que se materializa da seguinte forma: embora cada projeto reivindique sua singularidade no sentido de resgatar – por exemplo – a relação histórico-cultural da cidade com suas águas, com seus portos ou com seus centros, o que vem sendo observado é que esses projetos têm se mostrado meras reproduções de um modelo e de materialidade, que acabam se tornando pontos efêmeros pelo próprio deslocamento e desconexão com seu entorno. O caráter histórico, as peculiaridades locais, e a corporeidade têm sido perdidos através de uma padronização arquitetônica.” (SANCHEZ, 2004).

Todo o discurso e medidas da cidade-mercadoria não necessariamente tornam a área, no nosso caso a área marítima, um lugar que tenha a relação idealizada e desejada, de se estabelecer uma identidade, um sentimento de pertencimento, de ser uma intervenção onde haja melhora da qualidade de vida e de participação social. As práticas materiais ligadas à modernização dos espaços da cidade não se impõem assim tão facilmente, mesmo que arquitetos e urbanistas indiquem os usos possíveis para o espaço projetado, são aqueles que o experimentam no cotidiano que os modelam.

O aspecto crucial dessa configuração contemporânea das cidades, que interessa salientar, é o do empobrecimento da experiência urbana dos seus habitantes, cujo espaço de participação, produção criativa e vivência é comprometido.

Em análise a bibliografia tive a compreensão de que a própria experiência urbana e, em particular, a experiência corporal da cidade ditam a efemeridade ou não dos projetos e espaços. Tanto é, que muitos espaços efêmeros se tornam permanentes e muitos permanentes se tornam efêmeros, baseada na própria utilização e apropriação corporal da sociedade. Olhar as obras de Niemeyer, por exemplo, permite perceber que a arquitetura fixada, se torna efêmera. A obra está escondida da cidade, maltratada e invisibilizada pela sua própria construção e pela ausência corporal.

Colocando em relevo como a dinâmica atual da produção do espaço transforma lugares em espaços de passagem, e não de encontro, a partir de um esvaziamento de corpos, ratifica-se a ideia de que os praticantes das cidades atualizam e desatualizam os projetos urbanos através da prática, vivência ou experiência dos espaços. São as apropriações e improvisações que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços, e os definem efêmeros ou não.

A redução da ação urbana, ou seja, o empobrecimento da experiência urbana pelo espetáculo, transforma os espaços urbanos, que se tornam simples cenários, sem corpos, espaços desencarnados e efêmeros.

6



Fonte: Pinterest

CORPO E CIDADE

Nesta parte do trabalho busco (re)encontrar e reconhecer a cidade, enxergando a co-construção dos espaços urbanos por meio dos diferentes, percursos e perspectivas. Percebo que compreender e perceber o caminho através do qual se chega e se vai de um ponto ao outro, vivenciá-lo, tanto no corpo, quanto na vida, por dentro, é um aspecto necessário na expressão e apropriação da cidade.

Essa forma de compreensão pode ser trazida ao campo da arquitetura e do urbanismo, no sentido da necessidade de ser consciente do processo, do trajeto, das transformações e movimentos do espaço urbano, potencializando a visão sobre o processo projetual que não prioriza somente o resultado.

Nota-se, que para que os projetos hegemônicos, associados à modernização, sejam bem recebidos, é preciso que se produza signos de bem-estar e satisfação que direcione o sentir e o pensar das pessoas na cidade. A mídia por sua vez, em seu papel de mediadora entre os cidadãos e a cidade, é estratégica para os governos locais, realizando a espetacularização da cidade e moldando as representações acerca de sua transformação.

“Segundo essa interpretação, as imagens sínteses da cidade, constituem-se na negação da possibilidade de existência de outras imagens e de outras leituras. E nas cidades há múltiplas identidades que podem ser “recurso de riqueza ou fonte de conflito” (MASSEY, 1993)

No entanto, é preciso perceber que não apenas uma única leitura é possível. Ler a cidade significa ter "leituras", no plural, implicando que a cidade pode ser representada e imaginada, a partir de diversos olhares. O que se vê depende de onde se olha, como se olha e de quem são esses olhares. A diversidade de leituras da cidade corresponde à existência de diferentes realidades sociais no espaço e da percepção de diversos corpos. Portanto, as representações que os sujeitos têm do real influem na construção da realidade.

Nesse cenário, o processo de espetacularização e os discursos dominantes se mostram diretamente relacionados a uma diminuição, tanto da participação cidadã quanto da própria experiência corporal das cidades, enquanto prática cotidiana no mundo contemporâneo.

Como visto anteriormente, são as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes ou passantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano, e os transferem do lugar de efemeridade para o lugar de fixidez no contexto urbano. Nesse cenário, podemos pensar então nas relações entre corpo e cidade, que podem por acabar mostrando alguns caminhos alternativos, desvios, linhas de fuga, ou ações de resistência ao processo macro de espetacularização das cidades contemporâneas.

Pensar nos corpos como pontos de resistência permite a cidade não ser somente cenário mas, mais do que isso, pois a partir do momento em que ela é praticada ela se torna o “corpo urbano”. Dessa relação entre o corpo do cidadão e esse “ corpo urbano” pode surgir outras formas de apreensão urbana. Cada corpo pode acumular diferentes corpografias, resultados das mais diferentes experiências urbanas vividas por cada um. Parte-se do princípio de que uma experiência corporal, sensório-motora, não pode ser reduzida a um simples espetáculo, uma simples imagem ou um logotipo.

De acordo com Paola Berenstein Jacques, ao provocar e valorizar a experiência corporal da cidade, ser praticante da cidade poderia nos ensinar a apreender-la corporalmente, ou seja, a (re)construir e, sobretudo, a analisar nossas próprias corpografias, o que efetivamente poderia nos levar a uma reflexão contra o urbanismo espetacular hegemônico, onde as múltiplas identidades e diferentes formas de vida social, que coexistem na cidade, são simplificadas, depuradas numa única identidade que se pretende sintética.

Em vista disso, a experiência corporal da cidade, pode funcionar justamente como um tipo de micro-resistência a esse processo. As corpografias urbanas, decorrentes da própria experiência ou prática da cidade, questionam criticamente os atuais projetos urbanos contemporâneos, ditos de revitalização urbana, que vem sendo realizados no mundo inteiro segundo uma mesma estratégia – genérica, homogeneizadora e espetacular – ou seja a produção em série da cidade-imagem de marca. Homogeneização esta que renuncia à desordem, ao risco, ao desvio, ao acaso. Torna tudo igual (mas não no sentido igualitário). Esvai a singularidade. Mina a divergência, o dissenso.

Essas apropriações feitas pelo corpo não precisam necessariamente ser vistas (como ocorre com a imagem ou cenário espetacular), mas sim experimentadas, com os outros sentidos corporais. Os praticantes da cidade, realmente experimentam os espaços quando os percorrem e, assim, lhe dão “corpo” e vida pela simples ação de percorrê-los, evitando que sejam simples cenários. Essa postura de reconhecer criticamente a relação à apreensão e compreensão da cidade por si só já constitui uma forma de resistência.

Estas corpografias urbanas de resistência, revelam ou denunciam o que o projeto urbano exclui, e mostram tudo o que escapa ao projeto espetacular, explicitando as micro práticas cotidianas do espaço vivido, as apropriações diversas do espaço urbano que não são percebidas pelo urbanismo hegemônico.

É preciso lembrar que existe corpo e que somos corpo

O corpo é o lugar de onde vemos o mundo, que faz o mundo vibrar e nos faz ver o universo de determinada forma: o modo como vivemos o corpo. O corpo é, no mínimo, um instrumento de ação. O corpo olha, é, sente. O corpo compõe com o espaço — são híbridos, instáveis. O corpo acontece. Faz acontecer. É um instrumento de ação. (NOGUEIRA, M., 2013).

Podemos entender aqui que existe um conhecimento do mundo que é produzido sensorialmente. O corpo desempenha papel fundamental em nossos saberes. Além de um corpo estrutural, que responde e subverte a um contexto repressivo e alienante, existem também corpos de intenções, vibráteis, que através de sua presença ativa, (re)articula e estabelece movimentos constantes, às vezes caótico, arriscado, imperfeito, mas vivo. A partir de um reencantamento e entusiasmo pela cidade, pelo outro, por si, pelo encontro, e principalmente pelo se fazer presente, é possível ampliar as possibilidades dos corpos, que são porosos, reverberam paixões, desejos e anseiam pela vida em suas variadas formas.

Diante do cenário e contexto urbano, temos que os corpos, através das forças que os compõem e os definem, nesta condição fluida e articular, atualizam constantemente a dinâmica dos lugares por tornarem concretos e visíveis as ações, gestos e vivências que, não cansam e não cessam de se dissolver e permear por entre as brechas e fricções do solo urbano, ou seja, independente do grau e das condições de controle determinadas e impostas sobre os corpos sempre haverá reações, determinando formas particulares de resistência.

“é justamente neste plano de composição, isento da dominação entre termos, que o corpo pode se tornar, ele mesmo, um horizonte de passagens, um elo entre os demais corpos, algo que não ambiciona estar sempre no começo ou no fim dos processos, mas que funcione, ele mesmo, como um feixe de caminhos” (SANT’ANNA, 2005)

Os corpos, como “feixes de caminhos”, têm um enorme potencial questionador, e são capazes de manter vivas as possibilidades de criação e existência humanas diante dos contextos opressores a que estão submetidos. Eles reúnem múltiplas possibilidades de ser, existir e perceber, contribuindo com outras verdades, construindo sua imagem por si próprios e não pela visão de fora a que estão corriqueiramente sendo reduzidos.

“Ocupe seu corpo, ocupe o espaço, ocupe a cidade”

(Título em referência a atividade desenvolvida na Escola de Arquitetura e Urbanismo)

“Assim como não há espaço sem relações sociais, não há relações sociais sem espaço”, afirma Lefebvre (2001).

Lefebvre fez muitas reflexões acerca do espaço. Para o filósofo, o espaço era antes de tudo social. Um produto social, resultado de ações, práticas, relações, experiências. Mas além de produto, ele também faz parte de toda essa interação, ele também é um campo de ação.

Podemos destacar aqui uma importante reflexão para o campo do ensino de arquitetura e urbanismo que em muitos casos busca prever os acontecimentos, no intuito de controlar as ações e comportamentos desejáveis para cada espaço, o que pode ser observado inclusive através das formas e imagens de representações de projeto, que rejeitam as pré-existências e impõe um novo modelo de cidade.

Sem a presença do corpo na cidade, o ato de planejar não é possível ou não é recomendado. Cada espaço, cada lugar, cada paisagem é marcada por diversas pré-existências, corporalidades e por uma dimensão poética, feita das relações ali presentes através do tempo. A movimentação dos corpos carregam em si uma gestualidade própria que é decorrente desses acúmulos sociais e históricos. Não apenas carregamos um corpo no espaço, nossas presenças definem políticas e modos de viver.

É possível observar vários “escapes de vida”, que atualizam constantemente os espaços através dos corpos e da realidade concreta da vida dos habitantes em seu cotidiano, não seguindo à risca os usos pré-definidos ou resistindo ao controle e modificações impostos de diversas formas.

A partir disso, podemos trazer aqui a construção do conceito de “Gramática Territorial”, desenvolvido por Bruna Guterman (2017), que evidencia como os movimentos dos corpos têm elaborado estratégias territoriais a fim de subverter e desafiar os espaços. Esse conceito, tem como base principal a cartografia experimental e insurgente.

Esta “gramática territorial” da insurgência seria, portanto, proposta pelos atores em suas relações, desafiando hierarquias no espaço, subvertendo ordens e significados que fazem parte dos códigos estabelecidos, tomando espaços e propondo reocupá-los com conteúdos novos, reinventá-los.

“A palavra gramática promove, a princípio, uma ideia de rigidez, de modelo legitimado, de ordem e hierarquia, pois remete às normas de escrita da língua culta. Entretanto, o conceito de gramática que estamos construindo, apesar de trazer essa ideia de regras estabelecidas, traz o reconhecimento de padrões alternativos, construídos por oposição àqueles vigentes, que tenham sido elaborados para subverter, desconstruir e desafiar as “regras” espaciais e ordens impostas por atores hegemônicos.” (GUTERMAN, B.,2017)

A imagem abaixo, explicita um pouco esse conceito, os patinadores no espaço do Caminho Niemeyer, vêm como profanadores, removendo esse espaço público luminoso desta esfera do sagrado, do consumo e da exibição espetacular, no momento que o espaço restitui ao uso comum dos habitantes, passantes ou demais usuários. Logo, se consagrar era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar, por sua vez, significava restituí-las ao livre uso dos homens. Ocupar um território e subverter seus sentidos e apropriações são valiosos instrumentos de resistência.



Grupo de patinadores no Caminho Niemeyer

Fonte: Site Governo Goiás

“A subversão e a territorialização de conflitos nos remete à noção de heterogênesse². Por meio dela se produz algo novo e inesperado. Pensar a gramática territorial à luz da heterogênesse é imaginar que os territórios da cidade são passíveis de recriações, reapropriações e reterritorializações. Por serem espaços públicos também possuem o potencial do encontro, do acaso e do inusitado”. (GUTERMAN, B.,2017)

De Certeau estuda as diferentes maneiras de utilizar, de consumir, presentes nos usos e ações cotidianas, em particular nas suas astúcias, que seriam essas maneiras criativas, quase invisíveis, de utilizar ou desviar aquilo que foi imposto em cada ocasião. São “práticas teimosas, astuciosas, cotidianas”, inversões discretas mas fundamentais e que subvertem a partir de dentro.

² A partir dos processos intermitentes de desterritorializações e reterritorializações, desenvolveram a noção de heterogênesse, para afirmar que é através dela que se produz algo novo e inusitado para nossas vidas. As linhas de fuga, por sua vez, são similares ao processo da heterogênesse. Estão inseridas na ideia de que é possível desfazer se de um território existencial e criar outros simultaneamente. (DOREA,2002, p.100)

A noção de astúcia de de Certeau é muito próxima do que podemos encontrar no cotidiano dos habitantes das zonas mais opacas das cidades, que criam, modificam e transformam, a cada dia, outros usos e possibilidades de apropriação pelos próprios praticantes.

Os espaços públicos são tomados pelos cidadãos, que reconfiguram a gramática territorial da cidade. Na imagem a seguir, por exemplo, vemos o espaço opaco da praia vermelha dando lugar a outras possibilidades, a atividade pesqueira.



O espaço, não se dá como cenário, mas sim como processo. Ou seja, as práticas de seus habitantes atualizam constantemente o que acontece e como são apropriados, isso se deve a um processo de constante articulação que se dá através do tempo, os espaços não são estáveis e não poderiam ser padronizados pois os modos de vida, valores, hábitos e desejos também não são. “O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. [...] é um sistema de valores, que se transforma permanentemente” (SANTOS,2008)

O ato libertador de ocupar os espaços com seus corpos; esse se tornou um desfecho simbólico para essa longa trajetória, onde o maior aprendizado foi entender que os “praticantes ordinários das cidades atualizam os projetos urbanos e o próprio urbanismo através da prática, vivência ou experiência cotidiana” (JACQUES, 2011).

Essas gramáticas podem ser diferentes e complementares, e pode refletir sobre os repertórios de práticas insurgentes, contudo, as mesmas têm perseguido um horizonte comum: lutar por uma cidade mais justa. (GUTERMAN, B., 2017)

Pescador no trecho marítimo da Praia Vermelha
Fonte: Matheus Giorno, 2021

Micro resistência nas zonas opacas - Praia Vermelha

Seria importante compreendermos também que existe sempre uma “outra cidade” escondida, ocultada, apagada ou tornada opaca – por todas essas estratégias de marketing que criam imagens urbanas pacificadas e consensuais – que resiste (e, assim, coexiste) por trás dos cartões postais globalizados das cidades espetaculares contemporâneas. As imagens consensuais não conseguem apagar essa “outra cidade” opaca, intensa e viva que se insinua nas brechas, margens e desvios da cidade espetacularizada.

Os espaços públicos que abrigam esses processos do city marketing são muitos, mas não são o todo. É também necessário e importante focar nos espaços ordinários da cidade — espaços às margens, espaços imaginários e simbólicos —, tais como os espaços públicos periféricos, onde mágicos encontros urbanos podem acontecer. Em todas as cidades, em todos os cantos do globo, existem lugares de mágicos encontros urbanos escondidos nas brechas dos planejados e monumentais, divididos e segregados, ou privatizados e tematizados, espaços que mais comumente capturam a atenção do público.

As áreas “luminosas”¹ da cidade, são os cartões postais, são as áreas que se transformaram em “vitrine”, onde o espaço pode ser visto como “valor de troca”, e sua “venda” é associada à venda de um “estilo de vida”.

“o processo de espetacularização urbana não somente pacífica mas também sacraliza os espaços públicos, que são tornados luminosos.”(AGAMBEN, G., 2009)

Mapear o que existe, para além dos “espaços luminosos” eleitos pelo poder hegemônico, projetar o que precisa ser visto, sair da invisibilização, são ações de fundamental importância para perceber essa “outra cidade”, a oculta. (GUTERMAN, B.,2017)

A partir desse mapeamento, a ideia-força, aqui da “Nova Niterói”, também passa a ser desconstruída, fazendo com que os holofotes, antes apontados apenas para os locais turísticos e com equipamentos, também iluminassem aqueles que estavam “desfocados”, que não tem voz, e nem se faziam ser vistos pelo poder hegemônico.

¹ “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opaco (...) Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresa”. (SANTOS & SILVEIRA, 2008)

Nesse momento, a partir do reconhecimento das áreas “luminosas” de Niterói, percebidas nos capítulos anteriores, como o Caminho Niemeyer e o MAC, é possível identificar os espaços “opacos” dessa cidade, se destacando, portanto, a Praia Vermelha, como um hiato entre as obras hegemônicas presentes.

A Praia Vermelha, “ganha visibilidade por negação, exatamente por sua exclusão dos holofotes do processo globalizado dos espaços públicos – consequência direta do processo mais vasto de espetacularização urbana contemporânea.” (JACQUES, P., 2004) – que é um dos maiores responsáveis tanto pelo empobrecimento atual das experiências corporais no espaço público quanto pela negação dos conflitos e dissensos nestes espaços e, sobretudo, pelas tentativas de ocultamento, redução ou eliminação da vitalidade popular dos espaços opacos das cidades, que dentro da lógica espetacular devem ser devidamente ordenados, asseptizados e gentrificados pelos projetos urbanos de “revitalização”, para que estes também se tornem espaços luminosos, midiáticos e espetaculares.

As relações perceptivas com a cidade, que derivam das experiências sensório-motoras dos espaços não espetaculares, formam então um contraponto à visualidade rasa da imagem da cidade-logotipo, da cidade-outdoor de cenários espetacularizados, desencarnados.

Neste momento, é curioso perceber a disputa existente na área da praia vermelha. O local é a representação de um potencial, porém um potencial que não está associado à agenda da cidade global, percebe-se novos modos de vida, não espetaculares, o que acaba por colocar essa orla num papel de invisibilidade, onde todos os holofotes estão direcionados apenas às áreas de interesse de mercado. O local tem, portanto, um potencial relacionado com uma outra perspectiva, a do direito à cidade.

Micro resistência - Corpo potência

Estamos vivenciando hoje um processo de esterilização da experiência, sobretudo da alteridade na cidade. A forma mais recorrente e aceita hoje deste processo esterilizador faz parte do processo mais vasto de espetacularização. Os atuais projetos urbanos hegemônicos orientam-se por uma mesma estratégia: espetacular, asséptica e homogeneizante. Buscam construir consensos, anestesiar desejos.

Fundados nesse princípio mercantil da experiência, os projetos urbanos contemporâneos criam nas cidades espaços desencarnados, e fachadas sem corpo.

É nessa circunstância que adquire maior relevância a valorização da alteridade urbana, que resiste à construção desses consensos. Os corpos por sua simples presença e prática cotidiana, explicitam conflitos e provocam dissensos, aqueles que Milton Santos chamou de “homens lentos”, que Ana Clara Torres chama de “Sujeitos corporificados” e Michel Certeau de “praticante ordinários da cidade”.

São aqueles que habitam essas zonas opacas da cidade, as zonas escondidas, ocultas, apagadas ou tornadas opacas- por todas essas estratégias de marketing que criam imagens urbanas pacificadas e consensuais-, zonas que resistem por trás dos cartões postais das cidades espetaculares contemporâneas. As imagens consensuais não conseguem apagar totalmente essa outra cidade opaca, intensa e viva que se insinua nas brechas, margens e desvios do espetáculo urbano pacificado.

O homem ordinário, praticante das cidades, que escapa/resiste no cotidiano, da anestesia pacificadora. Como bem mostra Michel Certeau (1994) inventa seu cotidiano, reinventa modos de fazer, astúcias sutis e criativas, táticas de resistência e sobrevivência pelas quais se apropria do espaço urbano e assim habita o espaço público de forma anônima e dissensual.

Esse corpo mora ao lado, divide, se apropria ou ocupa, os espaços públicos urbanos. A radicalidade deste outro urbano se explicita, sobretudo naqueles que habitam ou constroem essas zonas opacas das cidades, que inventam táticas e astúcias urbanas em seu cotidiano.

É exatamente a sua presença dissensual na cidade que ainda garante a vitalidade resistente nos espaços públicos a partir de uma forma de apropriação. E é precisamente essa possibilidade de experiência da alteridade urbana pela vivência cotidiana, opaca, invisível pela partilha e conflito nos espaços públicos, que os errantes urbanos subvertem as imposições autoritárias dos projetos urbanísticos mais luminosos e espetaculares.

Sabemos que os procedimentos tradicionais não têm dado conta da complexidade das cidades contemporâneas, gerando muitas vezes, mais exclusão, esvaziamento de sentido e perda de identidade, como fruto do processo de globalização, homogeneização e modernização nos contextos urbanos. A redução da experiência urbana, como consequência de processos espetaculares e controladores sobre os corpos e, portanto, sobre as cidades, nega as diferenças e produz corpos-espacos-subjetividades herméticos, estagnados, apesar de sua aparente mobilidade.

Observa-se, então, que é preciso interromper o curso de narrativas de poder consolidadas no mundo contemporâneo. A qualidade da presença nos espaços precisa ser repensada, no sentido de questionar os sentidos e símbolos pré-estabelecidos e contestá-los.

O corpo, a vida, assim como a cidade, precisam responder a esses parâmetros impostos, pois ao buscar uma dissolução dessa forma corrente de apreensão do mundo, abre-se espaço para outros sentidos e racionalidades, onde poderia-se até mesmo contribuir com a descoberta de novos processos de criação das cidades.

Os habitantes, ao circularem e ocuparem, especialmente as partes ofuscadas da cidade, trazem em si um potencial de transgressão da ordem instituída, possibilitando novas produções simbólicas, onde no encontro com a diferença se reduzem a oposição entre o que é de dentro e o que é de fora, abrindo espaço para uma polifonia de vozes, para justamente afirmar novas possibilidades de composição para um urbanismo mais justo e humano, é preciso se sensibilizar as singularidades presentes no dia a dia, sua importância nesse processo de construção coletiva, por meio dos caminhos onde são possíveis reconhecimento e liberação de forças, desejos, afeto, memória e apropriação.

Acompanhar os passos desses atores é importante, no intuito de também perceber uma lógica de autoria no processo de co-construção do espaço urbano, reconhecer as potências.

Experiência errática- A cidade pelos caminhar

Na intenção de refutar o empobrecimento das experiências corporais, estabelece-se a experiência errática como norteador desse processo. A errância urbana é uma apologia da experiência da cidade, que pode ser praticada por qualquer um, mas que o errante pratica de forma voluntária e que está diretamente ligada à ideia de se atravessar uma região, à ideia do percurso, da experiência de percorrê-lo.

A experiência errática da cidade, como possibilidade de experiência da alteridade urbana, e as narrativas errantes, como sua forma de transmissão, podem operar como um potente desestabilizador das partilhas hegemônicas do sensível e das atuais configurações anestesiadas dos desejos.

A experiência de errar pela cidade, o que o errante tropicalista Hélio Oiticica chamava de “*delirium ambulatorium*”, pode ser uma potente ferramenta de apreensão da cidade, mas também de ação urbana, como já foi sugerido inicialmente, na medida em que podem atuar na desestabilização de partilhas hegemônicas e homogêneas do sensível.

“poetizar o urbano

As ruas e as bobagens do nosso daydream diário se enriquecem

Vê-se que elas na bobagens nem trouvailles sem consequência

são o pé calçado pronto para o delirium ambulatorium renovado a cada dia”

Hélio Oiticica, “Eu em mitos vadios” (1978).

Errar, ou seja, a prática da errância pode ser uma ferramenta subjetiva e singular. O errante, então, é aquele que busca um estado do corpo errante, que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos, do que com as representações, planificações ou projeções. O errante não vê a cidade somente de cima, em uma representação do tipo mapa aéreo, mas a experimenta de dentro.

A questão central do errante estaria na experiência ou prática urbana ordinária, diretamente relacionada com a questão do cotidiano. Michel de Certeau chamou de “praticantes ordinários das cidades” (1994) aqueles que experimentam a cidade, que a vivenciam de dentro, ou “embaixo” como ele diz, referindo-se ao contrário da visão aérea, do alto, dos urbanistas através dos mapas. Certeau nos mostra que há um conhecimento espacial próprio desses praticantes, ou uma forma de apreensão, que ele relaciona com um saber subjetivo, lúdico, afetivo. O autor nos fala de uma cegueira que seria exatamente o que garante um outro conhecimento do espaço e da cidade. O errante pode ser cego, já que as imagens e representações visuais não são mais prioridades para essa experiência cotidiana. É a imagem espetacular, ou o cenário, que necessita desse olhar.

A errância consiste em uma percepção aguçada do outro, um tipo de escuta ou atenção ao outro, a qualquer alteridade urbana, sua liberdade de ação lhes garante um outro tipo de sensibilidade, de aproximação sensível da cidade que nem todos são capazes de perceber, nem os que trabalham sobre as ambiências urbanas.

O importante a ressaltar aqui é a sobrevivência da experiência em particular da experiência da alteridade urbana, da experiência do outro e da diferença na cidade como um terreno de experiências - um processo bastante complexo,

A experiência errática das cidades pode se dar de maneiras bem diferentes, sendo possível se destacar três características, ou propriedades, mais recorrentes nas narrativas errantes, que estão diretamente relacionadas às propriedades de se perder, da lentidão e da corporeidade. Enquanto o urbanismo busca a orientação através de mapas e planos, a preocupação do errante está na desorientação, sobretudo em deixar de lado seus condicionantes urbanos. Em seguida pode-se notar a lentidão dos errantes, como uma qualidade de movimento dos homens lentos, que negam o ritmo veloz imposto pela contemporaneidade. E, por fim, a própria corporeidade destes, e, sobretudo, a relação entre seu próprio corpo físico e o corpo da cidade que se dá através da ação de errar pela cidade. Esta relação leva a uma incorporação, que acontece na maior parte das vezes quando se está perdido ou em movimento lento.

A lentidão não seria, como se costuma entender, um grau de aceleração ou desaceleração do movimento, do rápido ou devagar, mas sim um outro tipo de movimento, lento e rápido não são graus quantitativos do movimento, mas dois tipos de movimento qualificados, seja qual for a velocidade do primeiro, e o atraso do segundo. Os movimentos do errante urbano são do tipo lento, por mais rápido que sejam.

A cidade, através da errância, ganha uma corporeidade própria. Esta corporeidade urbana se relaciona afetuosamente e intensivamente, com a corporeidade do errante e promove o que pode ser chamado de incorporação. A incorporação seria a efetivação da sua corporação, através da errância que, assim, também oferece uma corporeidade outra à cidade.

Assim, apesar da co-implicação entre as principais propriedades da errância, é a relação corporal com a cidade, na experiência de incorporação, que mostra de forma mais clara e crítica, o cotidiano contemporâneo cada vez mais desencarnado e espetacular, explicitando a esterilização atual da experiência urbana da alteridade.

Esta postura crítica e propositiva com relação à apreensão e compreensão da cidade, por si só, já constitui uma forma de resistência tanto aos métodos mais difundidos da disciplina urbanística;- como o tradicional “diagnóstico”, fundamentado principalmente em bases de dados estatísticos, objetivos e genéricos- quanto ao próprio processo de espetacularização das cidades contemporâneas e de pacificação de seus espaços públicos.

As experiências de apreensão e investigação do espaço urbano pelos errantes e, em particular, as narrativas errantes resultantes- artísticas, literárias, etnográficas cinematográficas ou cartográficas- apontam, portanto, para uma possibilidade de urbanismo mais incorporado. Estas narrativas funcionam como um tipo de contra produção de subjetividades que embaralha um pouco algumas certezas, preconceitos e estereótipos do pensamento urbanístico visto atualmente.

A caminhada é uma forma de transformar o espaço. Transformamo-nos em nosso andar porque ele é feito de olhos. Transformamo- nos em nosso andar porque ele é composto de todos os nossos sentidos e, com isso, sentimos o mundo a partir do nosso movimento; pela tríade do andar: espaço-corpo- movimento.

Andar, e errar, é uma forma de transformar o espaço em nós. Andar é pensar a cidade, ler e reescrever seus textos, adentrar em seu imaginário. Para Michel de Certeau: “Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares.” Nossos passos criam percursos feitos de pensamentos. Assim, visitamos as subjetividades. Conhecemos o que está fora e simultaneamente em nós — fita de moebius. Nesse movimento, olhamos e sentimos o mundo, reconstruímos geografias.

As geografias são refeitas no andar. Recriar através de percursos que, mesmo repetidos, nos concedem chances de re-visitas. Andar pela cidade pode funcionar como superfície de contato e plataforma de percepção e mudança de perspectiva.

É muito importante enxergar a rua. Permitir-se às surpresas do andar pela cidade, andando, os desenhos da cidade emergem. Afinal, cada caminhar tem o seu traçado, e cada traçado desenha uma cidade diferente. As escalas e as supostas divisões internas e externas à cidade se dissolvem ao sabor dos passos.

Andar — como observação e experiência da cidade — pode favorecer o contato com as várias ambiências, fornecer uma cartografia sensível, construída pela apropriação do espaço urbano, tecida no deslocamento pelos lugares da cidade, registrando as diversas produções, os afetos, os dispositivos de controle, as resistências, os encontros, as recusas — o que a cidade (feita de diferença) nos convoca. O ato de caminhar pelo tecido urbano, além de apontar os elementos da cidade, pode indicar outros lugares e outros usos — margeando a produção da subjetividade, como devir, como imprevisibilidade (caos), como criação e resistência, apanhando a cidade e seus significados com o corpo todo.

Ao caminhar, os corpos percorrem e perfazem diversos feixes de caminhos na cidade e reescrevem o discurso urbano. Para João Teixeira Lopes, inspirado em Michel de Certeau, o andar convoca a reflexão, liga o visível ao invisível, a materialidade do espaço urbano aos sentimentos, memórias e sentidos, criando “[...] autênticas topografias sentimentais ou poéticas práticas do espaço”. Andar é escrever, ler, significar, reescrever a partir de nossos olhos para o mundo.

Busco por isso partir de uma geografia sensível, capaz de perceber as forças presentes no desenhar dos espaços. A especificidade de um tempo urbano associado ao caminhar na cidade e à apropriação dos espaços públicos, encarados como articuladores, espécies de rótulas ou nós que combatem a tendência para a cidade esartejada, socialmente e culturalmente segregada (LOPES, 2008).

“O ato de caminhar é uma questão urbana e em cidades que são cada vez mais hostis ao pedestre, ele torna-se inevitavelmente um ato subversivo.”

Caminhar pelas cidades — contra o tempo da aceleração, da técnica, das especialidades, em busca do tempo dos homens lentos, do tempo da delicadeza, vindo de baixo, as cidades pelos pés, dançando seu corpo —, ver o que não se vê.

Caberia então jogar com as palavras: divagar (com o sentido de caminhar sem rumo) e devagar (vagarosamente). A partir de baixo, é possível entrar em contato com a pluralidade de cidades que a cidade abriga, com os espaços opacos lembrados por Milton Santos, enfim, com a vida cotidiana — o tempo, o espaço, o ritmo — que os estudos de Henri Lefebvre perseguiram.

Os corpos ordinários dos praticantes da cidade circulam no embaixo da cidade, que ao sofrerem efeitos totalitários, reescrevem o texto urbano, a todo o momento, mesmo quando desconhecem as regras impostas.

Ver a cidade a partir de baixo é ver a cidade com o corpo todo, com o pensamento, é ver-se na cidade. Olhar a cidade por baixo é captar seu movimento, suas rasuras, ver além do mapa, alcançar a surpresa, ao sabor do acaso, do imprevisível. Captar a escrita da cidade, suas narrativas plurais, suas palavras e objetos, suas disputas, seu movimento. Em geral, se a vemos de cima, isto é, distanciados, ela é qualquer outra coisa, uma mancha, um imaginado mapa cartesiano, uma paisagem. Não nos implicamos como parte de sua composição (NOGUEIRA, M., 2013).

De dentro, imersos em narrativas, lugares, experiências, a cidade nos habita. Sujamo-nos de cidade a todo tempo, somos marcados por ela e, aí, necessariamente, deixamos nossas marcas.

Mais do que um testemunho do humano — de dentro, de baixo — a cidade é o humano. Por isso, ao invés de script, a cidade mostra-se em colagens, rasuras, usos diversos, leituras sobrepostas, fragmentos de tempos e histórias vividas, além, é claro, do que se inscreve hoje como sonho, plano e projeto de cidade.

Na sensibilidade que, continuamente, brota das ruas, a cidade insiste pelo direito à cidade. Ainda que determinados arranjos socioespaciais busquem ser indiferentes, ainda que a importância das trocas esteja abalada, elementos como alteridade e política, nós das delicadezas do tecido urbano, penetram.

A resistência se insinua. O corpo permanece atuante na produção da vida, corpo da cidade, corpo do mundo, e resiste nos espaços opacos.

Incorporando

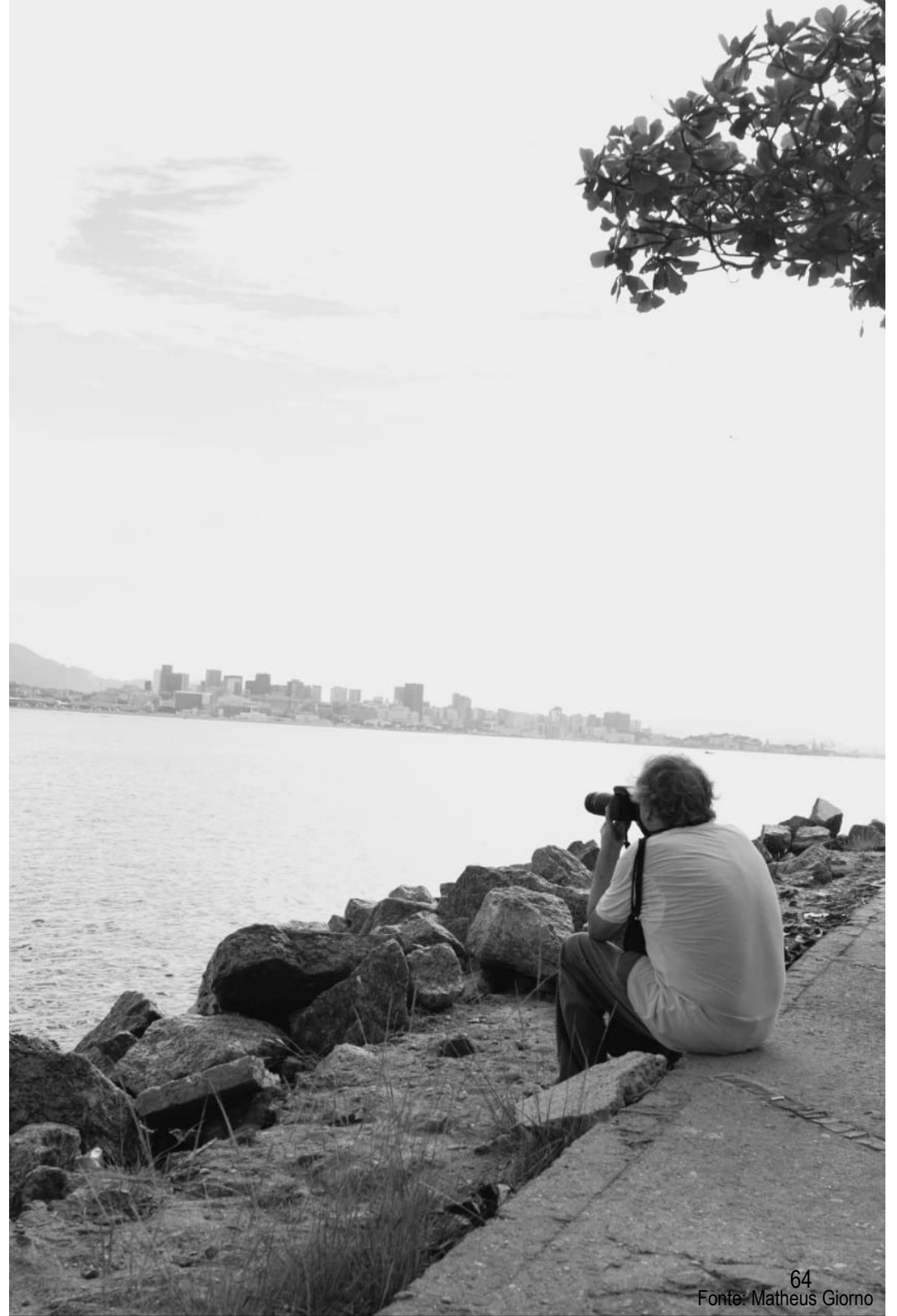
Seria interessante então considerar e destacar o que a experiência errática proporciona perceber sobre como o corpo e a cidade se configuram mutuamente e que, além dos corpos ficarem inscritos nas cidades, as cidades também ficam inscritas e configuram os nossos corpos.

Chamamos de corpografia urbana (BRITTO, F. e JACQUES, P., 2008) este tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, as diferentes memórias urbanas inscritas, o registro de experiências corporais da cidade, uma espécie de grafia da cidade vivida, que fica inscrita, mas ao mesmo tempo configura o corpo de quem a experimenta. A cidade experimentada é percebida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo, em sua corporalidade, corpografias urbanas.

A corpografia seria então uma espécie de cartografia corporal, que parte da hipótese de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta e, dessa forma, também o define, mesmo involuntariamente. A ideia de corpografia propõe articular os aspectos processuais e configurativos implicados no relacionamento do corpo com a cidade que tanto registra quanto reorganiza a síntese desse relacionamento e, assim, estabelece as novas condições para continuidade desta complexa relação. Em resumo: além dos corpos ficarem inscritos e contribuírem na formulação do traçado das ruas, as memórias destas ruas também ficam inscritas e contribuem na configuração de nossos corpos.

Buscamos, através da ideia de corpografia trazida, focalizar o corpo ordinário, vivido, cotidiano, a corporalidade entendida como possibilidade de micro-resistência à espetacularização, ou seja, buscamos um desvio do corpo entendido (e vendido) como mercadoria, imagem ou simulacro, que é produto do próprio processo de espetacularização contemporânea, que atinge as cidades, mas também, e cada vez mais, as culturas e os corpos. A questão central da ideia de corpografia está portanto na experiência corporal cotidiana das cidades, na sua prática urbana ordinária, diretamente relacionada com a questão da ação e, sobretudo, do uso dos espaços. O que nos leva a pensar em uma “lógica corpográfica”, como diz Fabiana Britto, que seria um tipo de desvio da lógica espetacular, da visualidade rasa da imagem de marca espetacular da cidade-cenográfica.

7



EXPERIMENTANDO A *OPA CIDADE*

Experimentação

Propõe-se um experimento singelo e ativo. Trata-se de uma corpografia subordinada aos ritmos e trajetos assumidos pela ação e às formas de apropriação. O mapa, aqui, é feito ao caminhar.

A representação desta corpografia visa favorecer o registro do cotidiano, demonstrando a existência do sujeito inesperado, da ação espontânea e da resistência prática da sociedade. Portanto, pareceu-me prudente, antes de mergulhar no desafio, tornar os “sentidos” mais sensíveis, mais agudos para aumentar as chances de ter êxito nessa tentativa.

É vital perceber que o espaço é pele, corpo, chão, cidade. O chão é convite ao deslocamento. Depositário de passos e vestígios. O corpo. Convite ao movimento. Dentro-fora. Interno-externo. A vida urbana é feita das relações corpo-cidade, espaço e movimento, afeto e ação. A Cidade ao nível do chão é a cidade ao nível da rua, produzida por corpos e movimentos, que está sendo feita da vida urbana. Encontrar-se com o outro, com os afetos e políticas que circulam na pluralidade das cidades. O outro é também o outro em mim — alteridade. Fazer cidade. descobrir a rua. Estou sintetizando uma experiência da descoberta da rua através do andar, do espaço urbano através do andar, de um detalhe síntese do andar”. Deambular na desordem da cidade, em seus modos de usar. Provar de diferentes miradas.

Buscando tornar possível a descrição e conhecimento dessas camadas que podem se apreender da cidade, a partir do enfoque sobre o caminhar foi escolhido como recurso a representação visual fotográfica, Em movimento, recolho imagens que, em minhas questões, se revelam com potência de enunciado. As imagens falam — e fazem falar. Vale ressaltar que essa não se trata de apenas andar sem rumo pela cidade, aqui, não se trata da deriva como forma de simplesmente se perder, sem rumo; trata-se, antes, de um andar que intervém, experimenta e registra, um andar que procura ver, a si, o outro e o espaço.

“A cidade muda quando muda o ângulo do olhar, o ponto de vista, a perspectiva: se olharmos desde um carro em movimento, na solidão segura e controlada do carro; se olharmos a partir dos ruídos e da aglomeração de um ônibus; se olharmos muros e cercas, incluindo aí avenidas e outras fissuras que impedem passagens; se olharmos no tempo do caminhar, se olharmos para o chão da cidade, suas marcas e a passagem do tempo; se virmos o peso dos passos; se olharmos as vitrines, se olharmos os fluxos das mercadorias; se olharmos as sombras e os reflexos, as copas das árvores e as nuvens; se olharmos o tempo dos pobres e repararmos suas invisibilidades, se nos incluirmos no quadro e considerarmos nossa participação nessa invisibilização (a começar pelo fato de que nós os nomeamos invisíveis); se olharmos devagar e encontrarmos os medos; se olharmos para cima e notarmos as árvores, o céu, o horizonte no skyline dos prédios — há diversas imagens disponíveis. Contudo, não é possível assistir à cidade, ela convoca, nos engole, nos invade: a cidade é porosa, aberta a novas rasuras” (NOGUEIRA, M., 2013).

Toda metodologia é produzida na triangulação pesquisador-caminho-mundo. O pesquisador é parte do mundo e o caminho é a procura do pesquisador. Que metodologia nos favorece então uma compreensão da cidade das partes não espetaculares? Como alcançar a vivência na cidade? Seus tempos e movimentos, seus usos?

A partir dessa reflexão, surge o seguinte questionamento: seria possível conhecer a cidade e conceber espaços a partir do corpo em movimento, valorizando a presença e atuação dos corpos nos espaços da cidade, numa relação não bidimensional com os espaços e as formas?

Partindo dessa premissa, a seguinte etapa do trabalho se debruça sobre uma proposição experimental para melhor compreender a potência da corpografia como resistência aos espaços luminosos.

Experiência é experimentação. Me recuso ao modelo de experiência tal como previsto na ciência moderna-disciplinar — controlado, reproduzido, padronizado, repetido e medido. Experiência é experimentar. Ela é da ordem do afeto, portanto, de ser afetado, de entrar em contato com a vida. Experimentar-se, sujar-se de mundo; apropriar-se. Se sujar de mundo é ser afetado pela vida, proposta que se contrapõe à proliferação de imagens assépticas, anestesiadas, perfeitas e alisadas que anunciam controle pleno, segurança total, previsibilidade.

A geografia de Milton Santos ensina que o espaço só pode ser compreendido a partir de sua apropriação. Seja como lugar, paisagem ou território, o espaço, como categoria matriz, não é estático ou congelado, mas, antes, é produzido em movimento.

Para tanto, busca-se então, somar esforços para realizar uma cartografia alternativa, na tentativa de buscar formas propositivas e de um recurso que realmente trouxesse a própria corporalidade e a cidade em suas diversas camadas de composição. Portanto, a própria travessia, a errância, o caminho, o caminhar, se mostram como melhor metodologia a ser adotada.

Ao invés de olhar pros espaços em que se deseja atuar, como uma folha de papel em branco, leva-se em consideração aqui os principais atores, os cidadãos, que habitam e praticam a cidade, ao invés de responder a demandas externas de, especulação, embelezamento e venda da cidade, traduzidas por conceitos como do city marketing, dinâmica operante em Niterói, através de projetos como o Caminho Niemeyer, aos quais já foram tecidas muitas críticas e onde fica evidente muitos desses processos de capitalização do espaço urbano.

Vale ressaltar que existe um incentivo e destaque relevante para a produção de mapas como força argumentativa e de compreensão dos fenômenos urbanos e arquitetônicos dentro do contexto da produção acadêmica, que busca traduzir informações importantes e auxiliar a compreensão de argumentos e discursos críticos, através de um recurso representativo. Porém, os mapas, por sua definição, são recursos que reproduzem visualmente espaços tridimensionais em bidimensionais, e nesse percurso também reduzem a possibilidade de linguagem dentro da esfera da escrita e da simbologia, sendo ainda desincorporados. Nesse sentido, portanto, não seria interessante a utilização desse recurso, visto que a intenção nesse trabalho é de se aproximar e investigar uma dimensão em relação aos corpos com os outros corpos e com a cidade.

Doreen Massey (2008) afirma que mapas são uma forma de representação do espaço, porém uma representação ordenadora e bem direcionada. “A forma dominante de mapeamento, porém, coloca o observador, ele mesmo não observado, fora e acima do objeto do olhar”.

O que é proposto nesse experimento então é uma cartografia praticada, ou seja, reconhecer o espaço não como um fim ou um objeto estático de análise. Pega-se a caminhada como esse ponto de referência, o pulsar e a marcação dos passos que agita todo o resto do corpo. A intenção aqui é reparar nas dinâmicas, processualidades e pré- xistências que atuam na cidade, a partir da dimensão do corpo, como principal ponto de contato dessa relação.

Eu, enquanto propositora e iniciadora do experimento - do qual também sou parte integrante, enxergo que há a gostaria de antecipar para quem me acompanha a possibilidade de inclusive ser somente a única a ser alterada no final do processo, pela minha própria corpografia e incorporações. São textos que articulam as experiências vividas por mim na produção da pesquisa. Considero a minha participação e a minha percepção na produção do imaginário urbano: espaço e subjetividade. São o que vi. Constituem sentido na minha experiência, não por conveniência, mas por pulsarem significado aos meus olhos, em meus passos.

Recolher imagens exige um movimento capaz de desembrulhar tempos e usos que moram na cidade. Aqui, as imagens apanhadas foram as que a mim se apresentaram espontaneamente, sem o recurso de um roteiro; no máximo, às vezes, capturadas por uma máquina fotográfica. Imagens que se misturaram ao ruído da cidade.

No ensaio intitulado *Seen from the window*, Henri Lefebvre compreende a si mesmo como sujeito observador da cidade para alcançar uma perspectiva em que se percebe como parte da cidade, ou, como sugerem Eleonore Kofman e Elizabeth Lebas, tradutoras para a língua inglesa da compilação *Writings on Cities* com textos de Henri Lefebvre: “[...] partindo de sua posição como sujeito e seu corpo, ele alcança o movimento do mundo fora dele e liga os dois”. Isso significa ver a cidade com um olhar diferente daquele lançado geralmente pelos especialistas.

O procedimento usado é simples:

Caminhar sem ter direção definida ao longo dos aproximados 860 m de faixa litorânea da Praia Vermelha. Área inserida entre dois espaços luminosos da cidade. Sobretudo, caminhar com o pensamento. Me conduzo a essa área em busca dos acontecimentos cotidianos, ações, espaços, pessoas, situações e práticas significativas na produção desse lugar como um lugar opaco, porém resistente através dos corpos.

Proponho a partir da vivência cotidiana, perceber o conjunto de espacialidades ali presentes. Os percursos de lar, de trabalho, de vizinhança, de compras, de afeto.

Detalhes ao longo do caminho são registrados em fotos e na memória. O percurso segue sem regras pré-definidas, entre idas e vindas. Seguindo o ritmo ditado pelos acontecimentos urbanos. Há espaço para pequenas paradas, conversas e interações com corpos e com a paisagem.



Imagem do trecho marítimo da Praia Vermelha
Fonte: Google earth

É condição da existência da cidade se esgarçar quando apreendida. Derivar, olhar, ver, reparar, registrar, continuar a imaginar. Experimentar os afetos. Observar as ruas e seus jeitos. Identificar o que é familiar, reconhecer o que é estranho. Recolher ritmos e sons.

Deixar que as questões que brotassem também caminhassem — por isso foi necessário ir devagar, derivar, errar. Observar a gente que transita nesse trecho anonimamente e se apropria dos espaços.

Trata-se de buscar, ainda, perceber os arranjos urbanos que permanecem, as sensibilidades que brotam das ruas. Acolhe-se os imprevistos e afetos dos quais o cotidiano da cidade é feito.

Olhar a cidade. Vê-la fisicamente e expressar na forma fotográfica a fim de transmitir essas percepções da minha corpografia, causando outras reflexões a quem o material alcançar. Tirar a poeira que se acumula sobre a produção de saberes acerca do urbano.

O fato de estarmos vivendo um universo urbano já há bastante tempo não quer dizer que saibamos compreendê-lo; talvez, ao contrário, nos falte algum distanciamento para vê-lo com olhos capazes de captar seus movimentos e, principalmente, suas contradições. Esse desejável distanciamento de pesquisa pode se dar ao revés, justamente na intensidade da aproximação.

Se chegarmos perto, podemos nos envolver, nos implicar, criar aberturas aos afetos. Por que não? Poderemos nos abrir ao desconhecido que se esconde no mais familiar e, sobretudo, ver as várias cidades que cada cidade contém. Encontrar as cidades e os corpos.

Salienta-se que não tenho a pretensão de dar conta de toda a complexidade abrangida por esse contexto. O produto final aqui apresentado tem caráter experimental, buscando servir de materialidade manifesta para as análises feitas ao longo do trabalho sobre a espetacularização a partir do enfoque nos percursos e trajetórias realizadas cotidianamente pelos cidadãos, onde os corpos se relacionam no corpo a corpo.

Exercício prático

Chegamos à Niterói pelas barcas. Andando desde a estação hidroviária, chegamos à orla marítima da Praia Vermelha, localizada entre os bairros do Gragoatá e Boa Viagem. Éramos dois praticantes ordinários da cidade, eu e um amigo, Matheus, que se disponibilizou em ajudar com alguns dos registros fotográficos ao longo da deriva.

Logo de início percebemos que a orla é espontaneamente ocupada por grupos diversos e heterogêneos. Os usos cotidianos e o caráter popular resistem, da presença anônima de praticantes ordinários da cidade.

O calçadão se mostra relativamente movimentado. Carros procuram vagas a todo instante. Ciclistas competem pela ciclofaixa onde os carros estacionados estão sobrepostos. Fomos vistos e observamos câmeras por todos os lados em nosso trajeto.

Percebemos árvores estreitas e espremidas. Cruzamos um grande trecho notando as diversas restrições devido ao coronavírus, olhando em especial para os quiosques fechados.

A falta de recursos e equipamentos urbanos, parecem pressionar a busca por novos conteúdos para a urbanidade, conteúdos espontâneos, no entanto não impedem que o espaço seja apropriado. As pedras viram bancos. Os assentos vêm de casa ou se fazem nos próprios veículos estacionados. A falta de infraestrutura não impede que os corpos se apropriem, eles resistem em se fazerem presentes naquele pedaço de terra aterrada.

Faz-se uma pausa no percurso. Contemplamos a paisagem, contemplamos os corpos que preenchem a paisagem, e como se apropriaram do espaço. Esbarramos em pessoas, conversamos. Nossa espontaneidade de percurso despertou a curiosidade de alguns que vieram procurar entender o que tanto fazíamos de um lado para o outro, sem destino.

Seguimos até a ponte da Boa Viagem que nos oferecia a visão de cima, e para dentro da cidade, e para a própria Praia Vermelha, onde pudemos perceber as vitalidades, os corpos em movimentos.

Seguimos derivando até chegarmos ao Museu de Arte Contemporânea (MAC). Encontramos este esvaziado, apenas com o restaurante em funcionamento. O espaço branco, clean, aparentemente aberto (acessível) pela cerca envidraçada (transmitindo uma falsa impressão de estar naturalmente integrado ao tecido da cidade), não está aberto à circulação, para troca, encontro e permanência.

Do vazio desta obra, vemos a Praia Vermelha novamente despontando sua vivacidade através das tantas corpografias observadas. Ali notamos que o espaço de estudo não é só lugar de passagem e atravessamento. Recolhe-se a permanência nos mínimos detalhes possível pelos seus praticantes. Abre-se espaço para receber tudo o que aquele trecho de cidade tem a oferecer, mesmo diante de tantas restrições enquanto o Museu apenas se escora na beleza do lugar e na tentativa de invenção de outro lugar na cidade.

Constata-se que de fato é a Praia Vermelha quem alimenta a vida daquele trecho, dito cartão-postal da cidade. Trata-se de um empobrecimento da vida urbana, em maior grau que fragiliza a apreensão da totalidade e da heterogeneidade corporal.

Anoitece. O lugar começa a se esvaziar, o trecho é mal iluminado e nos causa desconforto e insegurança, assim como parece causar também aos demais corpos presentes. A falta de investimentos na área parece afetar, mesmo que a noite a apropriação da orla, mesmo quando os diversos corpos lutam pela permanência e uso até os últimos resquícios de sol.

Fotografamos e colecionamos diversas imagens de corpos e narrativas em todo o percurso. Tudo o que o processo de espetacularização procura esconder. As corpografias que avivam o espaço.

Evidencia-se na fotografia a heterogeneidade expressiva. A orla se mostra enquanto lugar público por excelência que comporta toda sorte de atores individuais e coletivos, usos territoriais institucionalizados e cotidianamente configurados, memórias e discursividades diversas, sentidos atribuídos e construídos, experiências e experimentações, apropriações simbólicas e concretas, entre outros. E que, também, simultaneamente, comporta uma rede complexa e intensa de relações sociais — antagônicas, complementares, paralelas, convergentes, parasitas, consensuais, conflitantes; refletindo diferentes padrões de diálogo e negociação.

Nessa perspectiva, entende-se que é preciso superar as representações cristalizadas pelo discurso oficial, bem como entender aquele espaço nas múltiplas temporalidades que o atravessam e o produzem, visto que os significados do espaço estão em constante fluxo e interação.

A Praia Vermelha se mostra ofuscada apenas na produção teórica e se mostra muito mais luminosa e vital do que os projetos hegemônicos da cidade de Niterói. Ela é entendida aqui como um dos pedaços mais ricos do trecho estudado.

As manobras arbitrárias e disciplinadoras das estratégias globais mais sofisticadas de intervenção arquitetônica, que tentam gerar determinada imagem, fabricada pelos interesses privados não é capaz de subtrair usos inesperados de outros pontos não espetaculares das cidades e de esvaziá-los. Mesmo que esses outros usos, entretanto, também não sejam suficientemente potentes, a ponto de se sobressair sobre a forte política de marketing implementada ao pontos escolhidos como cartão postal, essas áreas têm uma vitalidade corporal fundamental para a cidade como um todo.

A existência de qualquer lugar, depende justamente das possibilidades de apreensão pelos corpos. Precisamos viver os lugares, compartilhá-los, e é assim que eles permanecem vivos. Os territórios, a rede de lugares, nos pertencem, porque nós pertencemos a eles.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se ao longo do trabalho que a experiência corporal cotidiana na cidade não pode ser reduzida a um simples espetáculo, imagem ou logotipo. As experiências da cidade praticada, vivida – em particular as que já ocorrem em seus espaços opacos ou no uso profanador dos espaços luminosos – que se instauram no corpo podem ser uma forma molecular de resistência ao processo molar de espetacularização urbana contemporânea. As imagens simulacros consensuais, criadas e vendidas pelo marketing urbano, não conseguem eliminar essa forma de experiência corporal cotidiana da cidade.

A resistência se apresenta mesmo sob as condições mais adversas, talvez, sobretudo, nestas condições, em que lugares são marginalizados e desqualificados, tornados opacos para favorecer a produção do luminoso na cidade. Desse modo, a resistência emerge por sobrevivência, mesmo que o custo da conservação seja o próprio corpo. Evidencia-se ao longo do trabalho a grande potência do corpo como resistência a espetacularização. Na potência do homem comum. A própria vida é a fonte de riqueza. A praia vermelha resiste, e o verbo resistir é potente.

O direito à cidade se levanta das ruas. Reinvidicam o espaço público, colocam a soberania e governabilidade da cidade em questão, e indo além da apropriação informal, propõem soluções criativas e de baixo-custo pequenos atos de transformação realizados por pessoas comuns, contrapõe-se aos planos totalizadores e espetacularizantes propostos pelo “novo urbanismo”.

Andar carrega, potencialmente, a possibilidade de percepção da emergência do questionamento da forma como o espaço está organizado e dos corpos distribuídos dentro do diálogo dos jogos de poder. Substitui-se a condição de espectador pela do subversivo. O conhecimento difundido no dia à dia atua como um agente nivelador, eliminando a distância entre profissionais e usuários, entre conhecimento especializado e experiência cotidiana.

Este trabalho não pretende ser um fim em si mas sim um convite a novas interlocuções, à busca de novos trajetos que ajude a refletir sobre estas questões, o que poderia justamente afirmar novas possibilidades de composição para um urbanismo mais justo e humano, através da aceitação da condição de improviso, que é fruto da própria natureza do movimento, e da articulação entre diferenças. Trago o movimento desta pesquisa como convite, para que exploremos a Praia Vermelha, como estudantes, professores, e cidadãos ativos e subversivos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- SANDRI, R. Política urbana de Niterói: do MAC ao Caminho Niemeyer. Tese (monografia em geografia) - Faculdade de geografia, Universidade Federal fluminense. Niterói, p.61. 2020
- XAVIER, I. Diretrizes para uma intervenção na praça do povo, Niteroi- RJ. Tese (monografia em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal fluminense. Niterói, p.102. 2019
- ZIDIRICH, M. COSTURANDO A PERIMETRAL Uma proposta de projeto na área residual do Porto Maravilha. Tese (monografia em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy UNIGRANRIO. Niterói, p.96. 2018
- SOUZA, B. A transparência do vazio: uma instalação. Tese (monografia em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy. Niterói, p.76. 2018
- PEREIRA, A. Espaço e construção da imagem urbana: um estudo de caso- o caminho Niemeyer. Tese (pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal fluminense. Niterói, p.138. 2006
- BERALDINELLI, R. O projeto urbano em áreas de frente marítima na atual perspectiva mercadológica das cidades. S.I., 2003. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense
- LUZ, Margareth. "NASCE UMA NOVA NITERÓI": REPRESENTAÇÕES, CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES EM TORNO DE UM PROJETO DE NIEMEYER. [Horizontes Antropológicos](#), Porto Alegre, v.15, n.32, p.273- 300, jul/dez., 2009
- SANCHEZ, Fernanda. et al. PRODUÇÃO DE SENTIDO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos .REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.107, p.39-56, jul./dez., 2004
- JANOT, L. F. O Caminho Niemeyer e a nova face de Niterói. Disponível em < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/146> > Acesso em: 20 Jan. 2019, 16:20
- CERTEAU, M. D. A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica, cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- INGOLD, Tim. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

SILVA, Raphaela. SOUZA, Fernando de. PRODUÇÃO DE SENTIDO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. Vila dos Pescadores da Praia Grande de Niterói: Análise Urbana e Estrutural. Bioenergia em Revista: Diálogos, ano/vol. 10, n. 2, p. 95-122, jul./dez. 2020.

CONTENT. Alemanha: Taschen, 17 Janeiro de 2004

NESBITT, Kate. Uma Nova Agenda para a Arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo:Ática, 2000.

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.11-74

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo:Ática, 2000.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & Debates, São Paulo: NERU, n.36, p.48-64, 1996.

NITERÓI. Prefeitura Municipal. Grupo Executivo do Caminho Niemeyer. Um desenvolvimento monumental para Niterói. Niterói, 2002. Folder publicitário.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Estudo de viabilidade para a instalação do Museu Guggenheim na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Ed. Argos, 2003.

BORDE, A. de L. P. Vazios Urbanos: Perspectivas Contemporâneas. 2006. 226 f. (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2006

CAMPOS, M. C. de. Riscando o solo: o primeiro plano de edificação para a Vila Real da Praia Grande. Niterói: Niterói Livros, 1998. 194p.

ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis : Vozes, 2009. [2000]

BAUMAN, Z; BORDONI, C. Estado de Crise. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SMITH, N. The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City. New York: Routledge,1996

AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo? e outros enHonesko. Chapecó: Argos Editora, 2009.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 5a edição 3a reimpressão. São Paulo: Moraes, 2001

DOREA, G. Gilles Deleuze e Felix Guattari: heterogênes e devir. In: MARGEM, SÃO PAULO, No 16, P. 91-106, DEZ. 2002.

MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____ & SILVEIRA, M.L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 12a Ed. Rio de Janeiro, Record, 2008c

FORTUNA, Carlos. Cidade e urbanidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Org.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009.

LOPES, João Teixeira. Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público. In: Leite, Rogério P. (Org.). Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade. São Cristóvão: Ed. UFS, 2008.

PELBART, Peter Pál. Vida capital: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

GUTERMAN, B. A “CIDADE MARAVILHOSA É A QUE LUTA”: Disputas Discursivas e Territoriais na Cidade Olímpica. Tese (pós graduação em arquitetura e urbanismo) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, p.320. 2017.

NOGUEIRA, M. L. M. Espaço e subjetividade na cidade privatizada. Tese (doutorado em geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. p.251. 2013.

JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. Corpocidade debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, M.L.P; VAZ,L.F.; RIBEIRO, A.C.T. Leituras da cidade. Rio de Janeiro: Letra capital: ANPUR, 2012